

UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

PATRÍCIA DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

FRANCA

2015

PATRÍCIA DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca
para obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dnd. Thalisa Maria Jati
Gilberto

FRANCA

2015

PATRÍCIA DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL NO
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca
para obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Franca, 29 de Outubro de 2015

Orientador: _____

Nome: Prof. Dnd. Thalisa Maria Jati Gilberto

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof. Ms. Carlos Bruno Bettarell

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof. Ms Fernandina Fernandes de Lima Medeiros

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, a minha irmã, às minhas avós, amigos, professores e pelo apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- a Deus;
- aos meus pais Cláudio e Maria;
- a minha irmã Ana Laura;
- às minhas avós Adnir e Maria
- aos meus amigos;
- aos meus professores;
- a minha orientadora, a Prof^a. Dnd. Thalisa Mara Jati Gilberto, por acreditar e apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto;

“A persistência é o caminho do êxito”.

Charles Chaplin

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a importância do planejamento financeiro pessoal no desenvolvimento econômico. Para isto, foram apresentadas técnicas de educação financeira a serem introduzidas no cotidiano que possam favorecer a saúde financeira pessoal e familiar, verificando a influência no desenvolvimento do país. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o auxílio de dados estatísticos secundários obtidos através de pesquisas e sites especializados. No decorrer do trabalho foram abordados os conceitos de educação financeira, o orçamento familiar, poupança, desenvolvimento econômico. Foram analisados também alguns indicadores de desenvolvimento brasileiro. Tem-se uma breve explanação sobre a população brasileira, com análises de dados secundários sobre o grau de endividamento, orçamento e grau de poupança da população. Contudo, através das análises estatísticas dos dados secundários foi possível uma correlação entre o grau de poupança e demais indicadores, a fim de testarmos a hipótese de que o planejamento financeiro pessoal gera influência no desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: planejamento financeiro pessoal, desenvolvimento econômico, educação financeira.

ABSTRACT

The present paper aims to show the importance of personal financial planning to the economic development. To do so, it was presented financial education techniques to be introduced into everyday life that can promote personal and family financial health by checking the influence on the development of the country. It was made a bibliographical research with the help of secondary statistical data obtained through researches and specialized sites. In the process of the study it was discussed the concepts of financial education, the family budget, savings and economic development. Some also were analyzed Brazilian development indicators. There is a brief explanation of the Brazilian population, with secondary data analysis about the debt, budget and level of savings of the population. However, through statistical analyses of secondary data it was possible to see a correlation between the savings and other indicators, in order to test the hypothesis that the personal financial planning influences on the economic development.

Key-words: personal financial planning, economic development, financial education.

RESUMEN

El presente trabajo pretende mostrar la importancia de personal planificación desarrollo económico financiera. Para ello, se presentó técnicas de educación financiera para introducirse en la vida cotidiana que puede promover la salud financiera personal y familiar marcando la influencia en el desarrollo del país. Se realizó una búsqueda de literatura con la ayuda de datos estadísticos secundarios obtenidos mediante investigaciones y sitios especializados. En el curso del estudio fueron discutidos los conceptos de educación financiera, el presupuesto familiar, ahorro, desarrollo económico. Algunos también eran indicadores analizados desarrollo brasileño. Hay una breve explicación de la población brasileña, con el análisis de datos secundarios sobre el grado de endeudamiento, presupuesto y nivel de ahorro de la población. Sin embargo, a través de análisis estadístico de los datos secundarios fue posible una correlación entre el grado de ahorros y otros indicadores, con el fin de probar la hipótesis de que la planificación financiera personal influyen en desarrollo económico.

Palabras clave: planificación financiera personal, desarrollo económico, educación financiera.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico População x PIB	36
Figura 2 - Gráfico População x PIB per capita	36
Figura 3 - Gráfico Renda Domiciliar Real per capita	39
Figura 4 - Gráfico Renda Domiciliar per capita por Região	40
Figura 5 - Gráfico População em Extrema Pobreza	40
Figura 6 - Gráfico Evolução do Estoques Formais de Emprego.....	41
Figura 7 - Gráfico Taxa de Desocupação.....	41
Figura 8 - Gráfico Esperança de vida ao nascer	42
Figura 9 - Gráfico Média de anos de estudo por faixa etária.....	42
Figura 10 - Gráfico Nível de Endividamento.....	46
Figura 11 - Gráfico Percentual de Famílias Endividadas (% do total) (entre cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro).	47
Figura 12 - Gráfico Tipo de Dívida	48
Figura 13 - Gráfico Endividamento por Faixa de Renda	49
Figura 14 - Gráfico Percentual de Famílias que não terão Condições de Pagar (% do total)	49
Figura 15 - Gráfico Famílias Endividadas	50
Figura 16 - Gráfico Depósitos e Retiradas na Poupança (média anual)	52
Figura 17 - Gráfico Percentual das Famílias que poupam no Brasil e nas regiões...53	
Figura 18 - Gráfico Poupança	55
Figura 19 - Gráfico Evolução do IDH no Brasil.....	56
Figura 20 – Gráfico Endividamento das Famílias % (média anual).....	57
Figura 21 - PIB per capita em Preços Correntes (US\$)	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Decisões Financeiras de uma Família	20
Quadro 2 - Balanço Patrimonial da Família (DD/MM/AA)	21
Quadro 3 - Planilha de Fluxo de Caixa da Família (DD/MM/AA).....	22
Quadro 4 - Planilha de Controle de Gastos.....	23
Quadro 5 - Cidades mais populosas	43
Quadro 6 - Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias).....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produto Interno Bruto	35
Tabela 2 – Taxa de poupança familiar: Brasil e regiões geográficas.....	52
Tabela 3 – Poupança.....	54
Tabela 4 – IDH do Brasil.....	55
Tabela 5 – Endividamento das famílias (%).....	56
Tabela 6 – PIB em Preços Correntes (US\$).....	57
Tabela 7 – Correlação Poupança Saldo e demais Indicadores de desenvolvimento econômico	60
Tabela 8 – Correlação Poupança Depósitos e demais Indicadores de desenvolvimento econômico.....	61
Tabela 9 – Correlação Poupança Retiradas e demais Indicadoras de desenvolvimento econômico.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	16
1.1 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	18
1.2 ORÇAMENTO FAMILIAR	19
1.3 RELAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO FAMILIAR E POUPANÇA DAS FAMILIAS	23
2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	25
2.1 CONCEITOS	26
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO	32
2.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	34
3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	43
3.1 GRAU DE ENDIVIDAMENTO.....	44
3.2 ORÇAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	50
3.3 GRAU DE POUPANÇA DA POPULAÇÃO	51
4.PESQUISA	54
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
4.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO OU REGRESSÃO SIMPLES ENTRE NÍVEL DE POUPANÇA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	59
4.3 INFLUÊNCIA DA POUPANÇA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	60
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	72

INTRODUÇÃO

Atualmente verifica-se através de pesquisas que o percentual de famílias endividadas no Brasil vem aumentando. A família é um agente econômico que consome bens e serviços. Assim, para obter-se o equilíbrio no orçamento de uma família, são necessários conhecimentos aliados a um bom planejamento que se aplicam nas tomadas de decisões. Percebe-se que atualmente existe uma condição de vulnerabilidade devido à falta de conhecimento financeiro. Por isso, é necessário que os indivíduos aprendam mais sobre a educação financeira, pois caso contrário, as famílias e indivíduos poderão chegar ao endividamento, desse modo impossibilitando o equilíbrio financeiro e impactando diretamente na economia, mais especificamente no desenvolvimento econômico que será analisado no decorrer desta pesquisa.

O presente trabalho irá apresentar técnicas prováveis a serem implementadas no cotidiano que possa favorecer a saúde financeira pessoal e familiar, avaliando de que maneira isso pode impactar na economia do país. Com isso pretende-se demonstrar a importância do planejamento financeiro pessoal ao desenvolvimento econômico.

Este trabalho justifica-se visto que quanto mais planejamento maior será a poupança gerada, logo maior desenvolvimento econômico, e o contrário que seria o descontrole financeiro causará impactos negativos no desenvolvimento econômico. A poupança, por sua vez, só é obtida através de um bom planejamento financeiro, desse modo o planejamento financeiro está relacionado ao desenvolvimento econômico.

O problema desta pesquisa é: qual a influência do planejamento financeiro no desenvolvimento econômico do país? Para isto, será realizada uma pesquisa bibliográfica de através de livros, trabalhos, monografias e sites buscando a compreensão a cerca do assunto, verificando as técnicas que auxiliam no controle financeiro, caracterizando assim, a utilização do método de abordagem dedutivo. O método de procedimento a ser utilizado é o estatístico. As informações estatísticas a respeito do grau de endividamento, e da relação entre despesa e receita são de grande importância, possibilitando mensurar quantitativamente onde as famílias

estão direcionando seus rendimentos, e assim analisar o grau de endividamento. Os dados foram obtidos através de fontes secundárias.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo serão abordados conceitos de educação financeira, como sendo instrumento indispensável para o planejamento financeiro pessoal, verificando como ela ocorre no Brasil. Outro ponto a ser abordado é o orçamento familiar, com as técnicas de controle de orçamento e fazendo-se uma relação com o grau de poupança.

No segundo capítulo será apresentado o desenvolvimento econômico como sendo um processo histórico, e também seus conceitos diferenciando desenvolvimento e crescimento na visão de diferentes autores e como esse desenvolvimento ocorreu no Brasil. Foram analisados também alguns indicadores de desenvolvimento brasileiro.

Já no terceiro capítulo será apresentado uma breve explanação sobre a população brasileira, e em seguida análises de dados secundários sobre o grau de endividamento, orçamento e grau de poupança da população.

No quarto e último capítulo, serão analisados estatisticamente dados secundários estabelecendo uma correlação entre o grau de poupança e demais indicadores, a fim de testarmos quantitativamente o objetivo proposto durante a pesquisa.

1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para que se atinja os objetivos da pesquisa faz-se necessário entender o que é economia e porque a educação financeira é importante para que se tenha desenvolvimento econômico.

Segundo Vasconcelos (2002):

Economia pode ser definida como a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-las entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas. (VASCONCELOS, 20002, p.21)

Para Gremaud (2007, p. 4) “Economia é a ciência da escolha quando os recursos são escassos, ou seja, insuficientes para satisfazer necessidades e desejos ilimitados dos indivíduos”. As necessidades humanas por sua vez são ilimitadas, pois o ser humano nunca está satisfeito com o que possui, e sempre quer mais, por isso é necessário fazer escolhas para que não haja consequências negativas.

Atualmente são ofertados vários tipos de produtos e serviços financeiros que são acessíveis à maioria da população. Porém, para que esses produtos e serviços sejam aliados e contribuam de maneira positiva no planejamento financeiro pessoal e familiar, são necessários que os indivíduos possuam comportamentos e conhecimentos básicos. E é nesse contexto que surgiu a educação financeira.

Conceitualmente, de acordo com o Banco Central “a educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros”. A partir do momento que as pessoas passam a compreender o que ocorre cotidianamente envolvendo questões financeiras consequentemente se tornam conscientes em relação aos riscos e oportunidades que o mercado oferece, impactando diretamente em suas escolhas. Ainda segundo o Banco Central, a educação financeira também pode ser entendida como sendo “um processo que contribui de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”.

A partir desta definição teoricamente pode-se observar a importância da educação financeira para a sociedade, contribuindo na formação de indivíduos conscientes e responsáveis. Entretanto, na prática se não houver comprometimento em seguir os conhecimentos básicos adquiridos, as consequências poderão afetar não só para os indivíduos, mas também a economia.

De acordo com Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central do Brasil, a educação financeira também tem como objetivo fazer com que através dos conhecimentos e da conscientização as pessoas tenham qualidade de vida. Assim, é, portanto um instrumento que auxilia no desenvolvimento econômico e contribui para a solidez e eficiência do sistema financeiro. Afinal, as decisões financeiras dos indivíduos afetam toda a economia e estão ligadas com problemas de endividamento e inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento do país.

Uma das palavras chave no processo de educação financeira é disciplina. Segundo Soares & Alvim (2007) a educação financeira está relacionada principalmente com disciplina. O que se percebe é que quando uma pessoa passa por dificuldades financeiras, conseqüentemente ocorrem mudanças no comportamento, passando a valorizar mais o seu dinheiro. Porém, outras pessoas continuam da mesma forma e acabam se endividando ainda mais.

Vive-se numa sociedade na qual há um bombardeamento de anúncios publicitários que cada vez mais estimulam o consumo. Como visto anteriormente, os desejos dos indivíduos são ilimitados, por isso é preciso estabelecer uma relação de equilíbrio entre consumo e desejos aplicando a educação financeira, a fim de tornar os consumidores conscientes adequando a demanda às reais necessidades.

Os conceitos básicos de educação financeira devem ser ensinados desde os primeiros anos de vida das crianças, para que assim possam perceber a importância do dinheiro e a dificuldade em se obtê-lo, aprendendo a administrá-lo da melhor maneira possível.

O ideal seria que a educação financeira fizesse parte da grade curricular das escolas públicas e particulares do ensino básico ao ensino médio, a fim de atingir desde as camadas mais pobres até a alta sociedade. Nesse sentido a educação financeira contribui para uma melhor gestão das finanças tanto pessoal quanto familiar, a fim de promover o bem-estar social.

1.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Com o passar do tempo ocorreram mudanças significativas na renda dos brasileiros. Milhões de pessoas estão deixando as classes mais baixas e ascendendo financeiramente. Com isso, essas pessoas passaram a ter acesso a produtos e serviços financeiros que o mercado oferece.

Diante disso foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) com a finalidade de promover a educação financeira e contribuir para o fortalecimento da cidadania com o propósito de ampliar a compreensão do cidadão quanto ao consumo, poupança e crédito, para que o indivíduo tenha a capacidade de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos financeiros. É de responsabilidade do Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef) definir planos, programas e ações e por coordenar a execução da Enef.

Além de atuar na Conef o Banco Central criou o Programa de Educação Financeira com o propósito de contribuir para melhorar o desempenho dos cidadãos brasileiros em sua vida financeira e de conseqüentemente melhorar também o desempenho da economia. O programa é voltado para a sociedade brasileira em geral, com foco nos clientes e usuários dos produtos e serviços financeiros. Entre os diversos segmentos da sociedade brasileira, classificados de acordo com seu ciclo de vida, estão eleitos como prioritários, além de outros segmentos, os estudantes de ensino superior. Os universitários possuem grande influência sobre suas famílias, contribuindo para o aumento da renda das mesmas e são responsáveis por tomar o crédito de maneira consciente e por formar poupança.

De acordo com o site Portal Brasil o Programa de Educação Financeira do Banco do Brasil possui cinco objetivos:

- *Planejamento Financeiro: como administrar melhor o dinheiro, noções sobre orçamento (empresarial ou doméstico), compras a prazo, aplicações, consumo planejado;*
- *Economia: conhecimentos básicos sobre inflação, taxas de juros, variação cambial, indicadores econômicos, poupança, dívidas interna e externa, além de outros temas da atualidade, relacionados ao dia-a-dia das pessoas;*
- *Operações Financeiras: conceitos bancários, tipos de operações, o que são e como funcionam os agentes financeiros, direitos e deveres do correntista, denúncias e reclamações, relacionamento com o Banco Central*

(entidades reguladoras e de supervisão etc.), microfinanças (microcrédito e cooperativas).

- Banco Central: o que são, como agem, funções, limites de atuação tanto do Banco Central do Brasil e demais bancos centrais mundiais;

- Meio Circulante: uso e preservação de cédulas e moedas; combate à falsificação; história do dinheiro. (SITE PORTAL BRASIL, 2015)

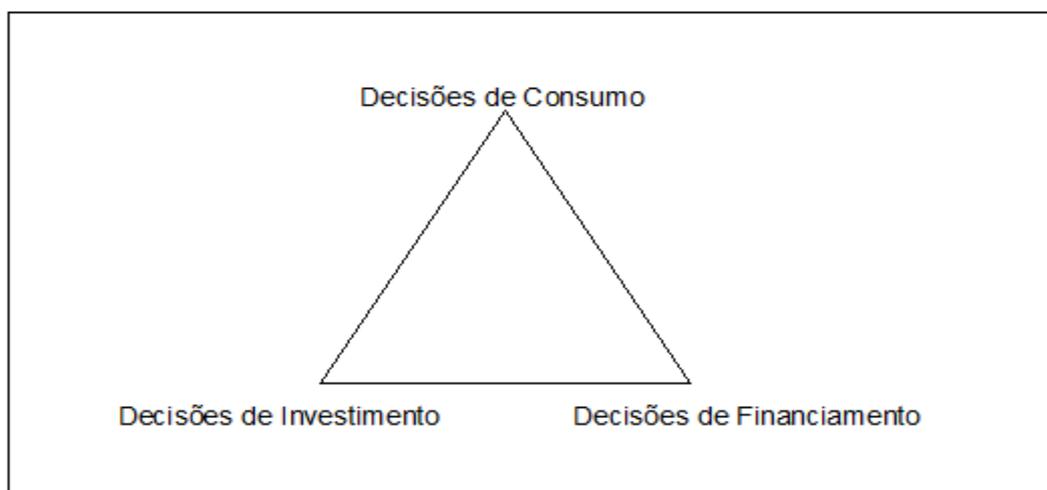
Existe também o Programa de Educação Financeira nas Escolas coordenado pela AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil). Entre 2010 e 2011 o programa piloto foi introduzido em 891 escolas públicas do ensino médio, em seis estados do Brasil. O objetivo é fazer com que os jovens aprendam os conceitos de educação financeira e transmitam os conhecimentos adquiridos aos familiares, a fim de contribuir para que estes conquistem seus sonhos e o bem estar social.

Mesmo com todas estas ações do governo para contribuir na disseminação a educação financeira no país, o tema ainda não é conhecido pela maioria da população que não possui acesso a essas informações e os reflexos são sentidos na economia, afetando-a de maneira negativa.

1.2 ORÇAMENTO FAMILIAR

Cotidianamente depara-se com situações financeiras nas quais as pessoas tem que decidir de que maneira irão gastar o dinheiro que recebem, procurando sempre utilizá-lo da melhor maneira possível.

Esse modelo de gestão se assemelha ao de uma empresa, onde o gestor busca sempre tomar boas decisões para gerir bem o negócio. De acordo com Soares e Alvim (2007) são três as principais decisões financeiras a ser tomadas pelas famílias. A primeira são as decisões de consumo que e refere como será distribuído o consumo mensal. A segunda são as decisões de investimento, como por exemplo, a compra de bens e também na educação dos filhos. E a terceira são as decisões de financiamento, como financiar a compra de um imóvel por exemplo.

Quadro 1 - Principais Decisões Financeiras de uma Família

Fonte: Livro Lar S.A, Soares e Alvim, 2007, p. 16.

Adaptação: a Autora

Os consumidores possuem responsabilidades em relação as suas decisões, pois estas podem ter impactos tanto positivos como negativos para a economia. Confirmando a afirmação anterior, ainda segundo Soares e Alvim (2007):

Nosso comportamento como consumidor é extremamente importante por dois aspectos: primeiro, porque interfere diretamente em nossa saúde financeira e em nosso bem-estar e, segundo, porque, de forma consolidada, o comportamento do consumidor é responsável por impactos às vezes muito grandes na economia como um todo. (SOARES E ALVIM, 2007, p.25)

Nesse sentido a educação financeira tem como ferramenta de apoio o orçamento, que consiste em ajudar as famílias a organizarem suas despesas e receitas, a fim de estabelecer um controle entre essas duas variáveis. George Malanos (1962) entende orçamento familiar como sendo um plano no qual os membros das famílias combinam seus salários e decidem em comum acordo sobre poupança, gastos com alimentação, aluguel, vestuário e outras despesas.

O planejamento orçamentário/financeiro tanto familiar como pessoal passa a ser essencial na busca pelo equilíbrio financeiro. Para Gustavo Cerbasi (2004) o planejamento financeiro tem o objetivo de ajudar os indivíduos a conquistarem um melhor padrão de vida, e mantê-lo. Assim, para alcançar a eficácia no planejamento financeiro é muito importante que haja disciplina

financeira, para que sejam cumpridas as metas e objetivos estabelecidos no orçamento.

Na teoria planejar um orçamento pode parecer fácil, entretanto na prática não é tão fácil assim, porém se houver o comprometimento necessário para seguir o que for estabelecido no planejamento os resultados serão positivos.

De acordo com o caderno de Educação Financeira do Banco Central para iniciar a elaboração de um orçamento pessoal (ou familiar) é necessário começar pelas anotações das receitas e despesas, planejando o que será gasto, de maneira que o dinheiro possa ser bem utilizado para suprir as necessidades e ainda atingir metas e objetivos almejados.

Soares & Alvim (2007) propõem que seja feito um Balanço Patrimonial da família, com o objetivo de retratar a situação financeira considerando seus bens, investimentos e dívidas. Do lado esquerdo, encontra-se o ativo, que são os bens e créditos a receber. Este se subdivide em Caixa/Investimentos, onde deverá ser listado o dinheiro disponível nas aplicações financeiras e o Ativo Permanente que são os bens de longo prazo que a família possui. Já do lado direito, encontra-se o Passivo, que se refere às dívidas, que se dividem em dívidas de curto e longo prazo de acordo com o período gasto para quitá-las. Segue abaixo o modelo de Balanço Patrimonial de uma família proposta pelos autores:

Quadro 2 - Balanço Patrimonial da Família (DD/MM/AA)

Balanço Patrimonial da Família XXX em DD/MM/AA			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa/Investimentos	Valor (R\$)	Dívidas de curto prazo	Valor (R\$)
Conta corrente		Compras financiadas	
Poupança		Empréstimos pessoais	
Fundos de investimento		Provisão para IR	
CDBs		Outras dívidas de CP	
Ações		Dívidas de longo prazo	
Títulos públicos		Financiamento de casa/apto.	
Plano de aposentadoria		Financiamento de veículos	
Saldo do FTGS		Financiamento estudantil	
Outros		Outras dívidas de LP	
Ativo Permanente	Valor (R\$)	Patrimônio Líquido (Ativo - Passivo)	Valor (R\$)
Imóveis			
Veículos			
Móveis e utensílios			
Artes e jóias			
Outros itens permanentes			
Total Ativo		Total Passivo + PL	

Fonte: Livro Lar S.A, Soares e Alvim, 2007, p. 39.

Adaptação: a Autora

Depois de feito o Balanço Patrimonial é necessário entender como se distribui as receitas e despesas, ou seja, para onde vai o dinheiro nessas duas variáveis. Isso é possível através de um fluxo de caixa, conforme abaixo.

Quadro 3 – Planilha de Fluxo de Caixa da Família (DD/MM/AA)

Planilha de Fluxo de Caixa da Família (DD/MM/AA)		
	Mensal	Anual
1. Total de Receitas		
Salários		
Rendimentos de aplicações financeiras		
Dividendos		
Outras receitas		
2. Total das Despesas		
<i>a. Despesas Obrigatórias Fixas</i>		
Aluguel/ condomínio		
IPTU/IPVA		
Plano de saúde		
Educação		
Outros		
<i>b. Despesas Obrigatórias Variáveis</i>		
Telefone		
Telefone celular		
Energia elétrica		
Água		
Gasolina		
Manutenção de veículos		
Supermercado		
Vestuário		
Material escolar		
Despesas e tarifas bancárias		
Outros		
<i>c. Despesas Não-Obrigatórias Fixas</i>		
Internet		
Tv a cabo		
Financiamento de apartamento/casa		
Financiamento de automóvel		
Academia		
Clube		
Outros		
<i>d. Despesas Não-Obrigatórias Variáveis</i>		
Presentes		
Livros		
Viagens: Transportes		
Hospedagem		
Alimentação		
Despesas diversas		
Outros		
Saldo do Período (1-2)		

Fonte: Livro Lar S.A, Soares e Alvim, 2007, p. 41.

Adaptação: a Autora

Existem vários outros métodos para se elaborar um orçamento financeiro pessoal/familiar disponíveis em livros e sites. O modelo presente no quadro 4 foi proposto por Luquet (2000).

Quadro 4 – Planilha de Controle de Gastos

CONTROLE DE GASTOS Anote os valores na coluna da direita.		
Receitas	Salários	
	Outros	
	TOTAL DE RECEITAS (A)	
Gastos Fixos	Aluguel/Condomínio/Prestação casa	
	Diarista/Mensalista	
	Prestação/Seguro do carro	
	IPTU	
	IPVA	
	Seguro-saúde	
	Colégio/Cursos/Clube/Academia	
	Plano de aposentadoria	
	Outros	
Gastos Variáveis	Alimentação	
	Luz/Gás/Água	
	Telefone fixo/Celular	
	Cartão de crédito	
	Transporte	
	Outros	
Gastos Arbitrários	Viagens	
	Cinema/Teatro	
	Restaurante	
	Roupas	
	Outros	
	TOTAL DE DESPESAS (B)	
Saldo Total	RECEITAS - DESPESAS (A - B)	

Fonte: Livro Guia Valor Econômico de Finanças Pessoais, Luquet, 2000, p.13.

Adaptação: a Autora

1.3 RELAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO FAMILIAR E GRAU DE POUPANÇA

O conceito de poupança de acordo com Dillard (1989, p.75)“ Como a poupança individual (o não-consumo) representa o excedente da renda que não se

utiliza para o consumo corrente, a poupança depende da existência de pessoas com renda superior a suas necessidades correntes de consumo.” Ou seja a renda é a variável chave para que possa existir a poupança. O grau de poupança irá variar de acordo com o nível de renda do indivíduo ou da família.

De acordo com Dillard (1989, p.75) “Para os ricos é mais fácil poupar, mas para os pobres é difícil.” A questão da desigualdade distribuição de renda interfere diretamente na proporção de poupança de uma determinada comunidade. Ainda para Dillard (1989, p.75) “Todos os estudos estatísticos da poupança mostram que uma grande proporção da poupança agregada é feita por um número relativamente reduzido de auferidores de altas rendas e só pequena parte da poupança cabe a grande massa dos pequenos auferidores.” Isso mostra que a renda se concentra nas mãos de poucos, evidenciando as desigualdades na distribuição de renda.

Embora a renda seja extremamente importante para se fazer com que haja poupança, o controle dos gastos dos indivíduos pode gerar excedente (poupança), mesmo que haja pouca renda, o que faz com que alguns pequenos auferidores possuam poupança.

Assim a relação que o orçamento familiar estabelece com o grau de poupança é diretamente proporcional. Com isso se a família/indivíduo estabelece um orçamento, tendo em vista a renda e as despesas que possuem, mantendo o controle sobre os gastos a fim de alcançarem o equilíbrio serão capazes de gerar poupança, excedente da renda que não se utiliza para o para o pagamento de despesas. A poupança, por conseguinte, possibilita o investimento, que gera rendimentos, propiciando um ciclo que só tem a contribuir de maneira positiva à economia.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é um processo que possui raízes históricas antigas principalmente nos países da Europa. Segundo Souza (1999) o tema desenvolvimento econômico obteve destaque somente no século XX, porém a preocupação com o desenvolvimento econômico em alguns países da Europa é bem mais antigo.

Os objetivos daqueles que administravam as finanças públicas era o de aumentar o poder econômico e militar, assim quase não havia preocupação com as condições de vida da população. Com isso, aumentava-se a necessidade de se ter mais segurança, devido aos ataques contra as cidades com objetivos econômicos. Já no regime feudal, buscou-se conciliar a segurança com a subsistência dos Senhores. Mais tarde com o surgimento do Estado nacional moderno, o Renascimento e as grandes descobertas marítimas culminou num processo de grandes mudanças nas relações econômicas do século XV.

De acordo com Bresser-Pereira (2006):

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p,01).

Em outro momento Bresser-Pereira afirma que o desenvolvimento econômico provém de um processo histórico.

O desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e de incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis da sociedade: estrutural, institucional ou cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento de produtividade de determinadas atividades e/ou pela transferência da mão-de-obra dessas para outras atividades com maior valor adicionado per capita porque envolve maior conhecimento. É o aumento dos salários causado direta ou indiretamente por esse aumento da produtividade e essa concentração da população de um estado-nação nas atividades de maior valor adicionado. O quadro econômico-social em que esse processo histórico tem início é o da Revolução Capitalista; o quadro político é o da formação dos modernos estados-nação; o quadro ideológico

é o do liberalismo e do nacionalismo; o quadro cultural é o da transição para a modernidade ou para o capitalismo enquanto sistema, além de econômico, cultural. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.9)

2.1 CONCEITOS

Em relação ao desenvolvimento econômico existem concepções que distinguem desenvolvimento e crescimento. Esses dois conceitos caminham juntos, porém cada um possui sua particularidade.

Conforme Souza (1999) o processo de desenvolvimento econômico tem fundamentos teóricos e empíricos, que se originam das crises econômicas. Com o surgimento das escolas fisiocrática e clássica os pensadores passaram a se preocupar com os problemas do crescimento e de distribuição renda. François Quesnay (1694-1774), na França, descreveu os fluxos econômicos de uma economia. Adam Smith (1723-1790), na Grã-Bretanha, procurou saber como cresce a riqueza nacional de um país. Publicou a obra *A riqueza das nações* em 1776, em que explica o funcionamento do mercado e a importância de se aumentar o tamanho dos mercados para reduzir os custos médios de produção, permitindo a produção de lucros. Logo aumentando os mercados, aumenta-se a renda e o emprego. Assim para Adam Smith o desenvolvimento ocorre com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, redução do desemprego e elevação da renda média da população.

Dando sequência a escola clássica têm-se David Ricardo (1772-1823) com sua principal obra *Princípios de economia política e tributação* publicada 1817:

Ele ocupou-se tanto com a formação da riqueza nacional, quanto com sua distribuição entre capitalistas, trabalhadores, e proprietários de terras. Segundo ele, o grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, incapaz de produzir alimentos baratos para consumo dos trabalhadores, o que gerava elevações dos salários nominais e do valor dos fundos de salários, necessários para contratar trabalhadores produtivos, adquirir meios de produção e aumentar o nível do produto (SOUZA, 1999, p. 101)

Karl Marx possuía uma visão similar ao pensamento clássico ao se tratar da distribuição do capital e do trabalho, com a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Para ele, apud Souza (1999, p.125) “O processo de crescimento

capitalista, na visão de Marx, ocorre com desemprego crescente de trabalhadores e concentração de renda e de riqueza”.

Segundo Marx, o desenvolvimento efetua-se de forma cíclica e com conflito distributivo. O progresso técnico produz períodos de prosperidade, enquanto as contradições internas do modo de produção provocam crises periódicas cada vez mais prolongadas, exacerbando os conflitos sociais. Enquanto para os clássicos o problema da distribuição centra entre os capitalistas arrendatários e os proprietários de terras, para Marx, o conflito distributivo ocorre entre os capitalistas e os trabalhadores, detentores da força de trabalho (SOUZA, 1999, p. 143)

Com as crises econômicas a partir no século XIX, enfatizou-se a importância do desenvolvimento econômico. Devido à concentração de riquezas por alguns países industrializados, ficaram mais evidentes as diferenças entre os países ricos e pobres. Nesse período a questão da distribuição ganhou destaque.

Joseph Schumpeter (1883-1950), economista austríaco, publicou em 1911 a obra Teoria do desenvolvimento econômico, obra na qual ele diferencia crescimento e desenvolvimento. Para Schumpeter o desenvolvimento ocorre quando há inovações tecnológicas por parte de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário. Já o crescimento o autor entende que não é apenas aumento na renda, mas sim parte do processo de desenvolvimento. Ainda sobre Schumpeter de acordo com Bresser-Pereira (2008):

Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a assinalar esse fato, quando afirmou que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. Schumpeter usou essa distinção para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde no máximo ocorreria 3 crescimento, e para mostrar a importância da inovação – ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico – no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico. Embora fosse essa uma forma inteligente e sutil que o grande economista usou para se desvincular parcialmente do pensamento neoclássico, ela é meramente teórica não fazendo sentido do ponto de vista histórico. É verdade que podem existir circunstâncias nas quais o crescimento da renda per capita não envolve essas transformações e não configuram, portanto, desenvolvimento econômico. É bem conhecido o caso de países cuja renda per capita cresce devido à exploração de um recurso natural de que esse país é muito bem dotado, mas não há transformações estruturais na economia: a produção desse bem ocorre em regime de enclave, geralmente acompanhado por doença holandesa, ficando os frutos do progresso técnico limitados exclusivamente àquele setor da economia. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.2)

Nos períodos em que as inovações tecnológicas estavam em alta a economia dos países que buscavam esta inovação cresciam rapidamente. Com a Grande Depressão em 1930 ficou-se em evidência o desemprego, o Estado passou a realizar investimentos diretos a fim de reduzi-lo e de resolver o problema decorrente da crise.

Assim, verifica-se que os altos e baixos da economia refletem diretamente na sociedade. Nessa época John Maynard Keynes (1883-1946) buscou instrumentos para superar a crise e com sua teoria inspirou o pensamento em longo prazo, pelo fato de que preocupou-se com os problemas econômicos de curto prazo. A teoria keynesiana dedicou-se a estudar as causas das flutuações da produção, da renda e do emprego através do princípio da demanda efetiva.

Conforme Souza (1999, p.17) “Nos surtos, o produto cresce, beneficiando a todos; nas crises, ele se contrai, prejudicando, sobretudo os assalariados e as pequenas empresas”. Com isso, a estabilidade passa a ser condição indispensável para que haja desenvolvimento.

No final da década de 30, aplicou-se a *Contabilidade Nacional* que tinha como objetivo comparar a renda *per capita* dos países e classificá-los e “ricos” e “pobres”, dependendo do valor dessa renda média. A partir da publicação de outros indicadores, os países denominados “pobres” passaram a ser caracterizados como “subdesenvolvidos”, devido a terem como características alto grau de analfabetismo, predominância da agricultura como principal atividade, baixa produtividade, altas taxas de natalidade e mortalidade infantil.

Ainda de acordo com Souza (1999) não existe uma definição universal para o que venha a ser desenvolvimento. O autor diferencia dois grupos de economistas com visões particulares sobre o desenvolvimento. O primeiro grupo considera o crescimento e desenvolvimento como sinônimos. Fazem parte deste grupo os modelos de crescimento de tradição neoclássica e o de inspiração keynesiana. Já o segundo grupo entende que o crescimento é condição indispensável para que haja desenvolvimento, porém, não é suficiente. Fazem parte deste grupo economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957).

Associados a estas noções, tem-se que para o primeiro grupo conforme Souza (1999 p.20) “A ideia é a de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico”. Porém, não se pode confundir os conceitos de desenvolvimento econômico com crescimento, pois mesmo que a economia cresça à altas taxas, o desemprego pode não diminuir- o, por exemplo.

Já para o segundo grupo, de acordo com Souza (1999, p.21), “A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas”.

Para Gill (1963):

[..]pode considerar-se o crescimento econômico como um processo de expansão ou aperfeiçoamento destes elementos básicos da produção a produção de uma sociedade crescerá devido a um aumento da sua oferta de fatores de produção – trabalho, recursos naturais, bens de capital – ou devido a aperfeiçoamentos na organização ou na tecnologia básica de produção”.(GILL, 1963, p. 16)

Segundo Gill (1963, p. 16) “Se estas modificações se sucedem tão rapidamente que originam um aumento substancial e persistente do produto *per capita* surge o fenômeno do desenvolvimento moderno”.

Ainda de acordo com Gill (1963) para que o desenvolvimento econômico ocorra, os fatores de produção ou o modo como são utilizados pela sociedade influenciam no processo de desenvolvimento. São eles o crescimento demográfico, recursos naturais, acumulação de capital, aumento na escala ou na especialização da produção e progresso tecnológico.

O crescimento demográfico, ou seja, o aumento da população traz consigo mais trabalho, porém, em contrapartida aumenta o número de pessoas para se alimentar. No desenvolvimento econômico o crescimento demográfico afeta na expansão dos mercados e cria um conflito nos recursos naturais que são escassos e nos estoque de capital.

Os recursos naturais constituem-se de todos os materiais orgânicos e inorgânicos que são utilizados na produção de bens. O processo de desenvolvimento nesse caso tem resultado muitas vezes através da descoberta e exploração de novos recursos, podendo ser empregado de maneiras diferentes conforme as tecnologias vão se aprimorando.

A acumulação de capital, no qual capital define-se como bens físicos tangíveis, assim a acumulação de capital é o processo de aumentar o estoque de máquinas, edifícios e outros. Isso possibilita a criação de novas tecnologias e fornece ferramentas a serem utilizadas no processo produtivo.

O aumento na escala ou na especialização da produção faz com que o produto seja maior através dos fatores de produção utilizados.

O progresso tecnológico realiza alterações nas técnicas produtivas e assim busca-se desenvolver novos produtos, que são importantes para o desenvolvimento econômico.

Já para Feijó (2007, p. 9) “Quanto ao crescimento econômico não há mistério. Os países podem crescer e conseguirão taxas expressivas de crescimento na medida em que estejam dispostos e sejam capazes de tomar certas medidas”.

Com o passar do tempo as taxas de crescimento econômico variam, e em certos períodos os países podem crescer mais e em outros menos. O crescimento econômico quando não possui base sólida pode ocasionar sérios problemas à economia como inflação, explosão cambial, ruptura do sistema financeiro entre outros. No curto prazo ele gera expansão econômica e no longo prazo se tem o crescimento sustentável.

Pode-se estabelecer uma relação entre desenvolvimento econômico com crescimento analisando indicadores, porém estes devem captar a verdadeira realidade de determinada localidade. Conforme Feijó (2007, p 44) “Nível elevado de produto *per capita* não é sinônimo de desenvolvimento econômico. Primeiramente, porque países com elevado indicador de riqueza média podem apresentar, ao mesmo tempo, indicadores sociais ainda sofríveis”.

O indicador em questão que fica subentendido é o PIB (Produto Interno Bruto), que representa a soma das riquezas produzidas em uma determinada região,

porém, este mascara as desigualdades na distribuição de renda, de educação e de oportunidades. Dentro de um mesmo país, o PIB *per capita* varia muito de uma cidade para outra, que será analisado no próximo tópico.

Ainda de acordo com Feijó (2007) para que ocorra o desenvolvimento é necessário que se tenha políticas públicas e ações privadas para disseminar os benefícios trazidos pelo crescimento. Assim se tem a noção de desenvolvimento econômico que funciona como critério para avaliar se as políticas de crescimento de foram eficazes, atingindo os objetivos estipulados. Como conceito de desenvolvimento Feijó (2007 p, 45) afirma que “Desenvolvimento descreve a condição social em que a cada qual é conferida a possibilidade de realização de utopias pessoais”.

Furtado (1961) mostra a relação entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento se dá com o aumento no fluxo de renda. A forma como essa renda é distribuída promoverá ou não mudanças estruturais. Assim o desenvolvimento ocorrerá quando as mudanças estruturais se constituírem de fato.

[...]crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e que o desenvolvimento é o mesmo fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o anterior [...]. A modificação na composição da produção agrícola - em benefício do setor de mais alta produtividade econômica - terá repercussões nas taxas de lucro e poupança, na distribuição da renda, na composição da demanda global e, possivelmente, na taxa de inversão. Uma vez concretizadas, essas repercussões se traduzem em modificações de estrutura. Desta forma, as modificações na estrutura produtiva ao nível do conjunto complexo acarretam outras modificações estruturais da mesma forma como se distribui a renda. O conjunto dessas modificações estruturais constitui o processo de desenvolvimento (FURTADO, 1961, p. 74)

Bresser-Pereira (2006) apresenta uma definição bem atual de desenvolvimento econômico, onde também reforça que para que se tenha desenvolvimento deve haver um aumento da renda per capita.

Para que haja desenvolvimento é essencial que haja um processo de crescimento de renda por habitante, ou do produto agregado por habitante, ou da produtividade. Não existe desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam. As críticas a esta medida são inúmeras, e não vou aqui repeti-las. Existem processos de crescimento da renda por habitante, especialmente em países produtores de petróleo, que não indicam real desenvolvimento. É verdade, por outro lado, que o desenvolvimento implica em mudanças estruturais na economia e na sociedade os quais a renda por habitante não capta, mas estas transformações já estão implícitas na sua definição ligada a revolução capitalista. É preciso admitir, porém, que a

renda por habitante continua sendo a melhor medida disponível de desenvolvimento, principalmente se os dados comparativos entre nações forem avaliados por uma cesta de mercadorias, ao invés de simplesmente pela taxa de câmbio de mercado. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.9)

2.2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Segundo Furtado (1964) o Brasil foi o primeiro território do ocidente a se desenvolver através da agricultura, os portugueses iniciaram uma agricultura de exportação. Na mesma época países como Estados Unidos eram colonizados com base na mineração de metais preciosos. Ainda Furtado, a seguir fala sobre os ciclos econômicos do Brasil:

“Três ciclos de longa duração caracterizaram o desenvolvimento do país: o primeiro, sob o impulso das exportações de açúcar (1530-1650); o segundo marcado pela extração do ouro (1700-1780); o terceiro, sob o signo da expansão do café (1840-1930). Os dois períodos intermédios, de relativa estagnação econômica, assinalaram-se por tensões internas e acontecimentos políticos de grande significação.” (FURTADO, 1964, p.98)

Sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, como principal característica, de acordo com Furtado (1964 p,92) “Com efeito, a característica principal do desenvolvimento brasileiro no pós-guerra tem sido a permanente substituição de produtos manufaturados, antes importados, por produção de origem interna, declinando a participação das importações na oferta interna global.” Ou seja, o chamado modelo de substituição de importação. A partir da década de 30 o desenvolvimento brasileiro ocorreu com base na industrialização.

Os investimentos, antes voltados para a expansão do café e de outros artigos de exportação, passaram a orientar-se para a produção manufatureira, com vistas a satisfazer uma demanda antes atendida pelas importações. Esses investimentos, assim orientados, tinham dois efeitos significativos: por um lado, faziam com que a própria demanda a satisfazer crescesse; por outro, provocavam a redução da capacidade para importar aqueles bens que antes se adquiriam no exterior, pois criavam novas demandas de importação nos setores das matérias-primas, produtos intermediários e equipamentos. Desta forma, a política de industrialização, orientada para substituir importações, criou ela mesma a necessidade de intensificar essa substituição. (FURTADO, 1964 p. 99)

De acordo com Furtado (1964) o período pós-guerra ficou marcado por um rápido crescimento e de grandes modificações na estrutura econômica do Brasil.

O rápido crescimento da economia brasileira, observado no pós-guerra, refletiu-se em sensível modificação na posição relativa do país dentro da América Latina. Com efeito, se bem a participação do Brasil no produto latino-americano era de 28 por cento em 1950, do incremento havido entre esse ano e 1961 cerca de 40 por cento corresponderam ao aumento do produto brasileiro. Nesse período, a taxa de crescimento anual da América Latina (excluído o Brasil), foi de 4 por cento, ou seja, cerca de 1 por cento per capita. Esta última taxa corresponde a um terço da observada no Brasil em igual período. (FURTADO, 1964, p.103)

Segundo Feijó (2007) estudos mostraram que em mais de um século (1870 a 1987) o Brasil foi um dos países no mundo que mais cresceu economicamente, porém nos 18 anos seguintes as taxas de crescimento ficaram abaixo da média histórica. Mesmo com altas taxas de crescimento, o desenvolvimento humano do país deixou a desejar, devido à má distribuição de renda. De acordo com Feijó (2007 p,51) “Os chamados indicadores sociais para esse país (saúde, educação, moradia, saneamento básico etc.) encontram-se consideravelmente abaixo dos de países com renda *per capita* semelhante.” Isso reforça o fato de que o crescimento econômico leva ao desenvolvimento social e o desenvolvimento dá condição para que se constitua o crescimento. Para que se tenha crescimento econômico sustentável são necessários os seguintes requisitos: aumento no número de trabalhadores, elevação da poupança e do investimento. Ainda Feijó (2007 p, 51) “A perda de ímpeto do crescimento brasileiro após os anos de 1970 teve como um dos fatores, sem dúvida, a precária base do desenvolvimento humano para o crescimento sustentável”.

Segundo Bresser-Pereira (1968) o desenvolvimento de uma nação ocorre a partir do momento em que ela se posiciona diante de um sistema econômico, seja ele o sistema capitalista ou socialista. Diante disso, no Brasil esse processo ocorre a partir do século XIX.

O desenvolvimento de um país tem em geral um princípio bastante definido. Na medida em que é um processo historicamente situado, surge apenas no momento em que o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente socialista ou capitalista. Em uma sociedade ainda basicamente tradicional pode ocorrer um processo de crescimento econômico que fornece as bases para posterior desenvolvimento. Foi o que ocorreu no Brasil a partir do meio do século XIX até 1930. O desenvolvimento, porém, só começa a ocorrer quando [...] os critérios racionais começam a superar os tradicionais, quando o capital passa a ter mais importância do que a terra, [...] quando a lei se impõe aos costumes, [...] quando a sociedade bivalente de senhores e servos, de aristocratas e plebeus, começa a dar lugar a uma sociedade plural, [...] quando a economia de base agrícola tradicional começa a dar lugar a uma economia

industrial e moderna, quando a unidade de produção básica não é mais uma família, mas a empresa, [...] quando o desenvolvimento econômico se torna o objetivo das sociedades, quando o reinvestimento se torna uma condição de sobrevivência para as empresas, quando, enfim, o padrão de vida começa a aumentar de forma automática, autônoma e necessária. (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 18)

2.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Sobre os indicadores de desenvolvimento econômico Souza (1999) considera-os como sendo importantes, de tal forma que reflete melhorias econômicas e sociais.

Tendo em vista que o desenvolvimento econômico é definido pelo aumento contínuo dos níveis de vida, incluindo maior consumo de produtos e de serviços básicos para o conjunto da população, apenas o valor da renda per capita é insuficiente para refletir corretamente os diferenciais de desenvolvimento entre países ou regiões. Torna-se necessário, portanto, considerar indicadores adicionais que possam refletir melhorias sociais e econômicas, como mais alimentação, melhor atendimento médico e odontológico, educação mais qualificada, mais segurança e melhor qualidade do meio ambiente. Medidas destinadas a atacar diretamente a pobreza podem ser indispensáveis quando forem grandes a concentração da renda e o contingente de pessoas carentes. Nem sempre maior nível de renda significa, necessariamente, melhores índices de desenvolvimento. Pois, como visto, determinados indicadores, como mortalidade infantil, número de matrículas escolares, igualdade dos sexos na educação e liberdades políticas apresentam uma correlação imperfeita com a renda per capita. Aumentar os níveis de nutrição e expectativa de vida, entre outros indicadores, são fundamentais para a melhoria do bem-estar social (SOUZA, 1999, p.28).

De acordo Furtado (2000) o aumento da produção é usualmente o principal indicador de desenvolvimento, que acaba mascarando a verdadeira realidade, na qual deveria promover melhora nas condições de vida da população, e nem sempre ocorre.

O aumento da eficácia do sistema de produção – comumente apresentada como principal indicador de desenvolvimento – não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população. Tem-se mesmo observado que há uma degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas. Por outro lado, o aumento da disponibilidade de recursos e a elevação dos padrões de vida podem ocorrer na ausência de modificação nos processos produtivos [...]. A visão corrente de desenvolvimento pretende ignorar que a criação de valor, no sistema capitalista, envolve um custo maior do que aquele figura nas contabilidades privada e pública. Não é demais assinalar que a ação

produtiva do homem tem cada vez mais como contrapartida processos naturais irreversíveis. (FURTADO, 2000, p.22)

O PIB (Produto Interno Bruto) é o somatório dos valores dos bens e serviços produzidos dentro do território econômico de um país. Apresenta-se também o PIB *per capita* que é o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes. Na tabela no. 1 serão vistos os dados referentes ao PIB brasileiro, mostrando sua evolução com base no ano 2000 até 2014.

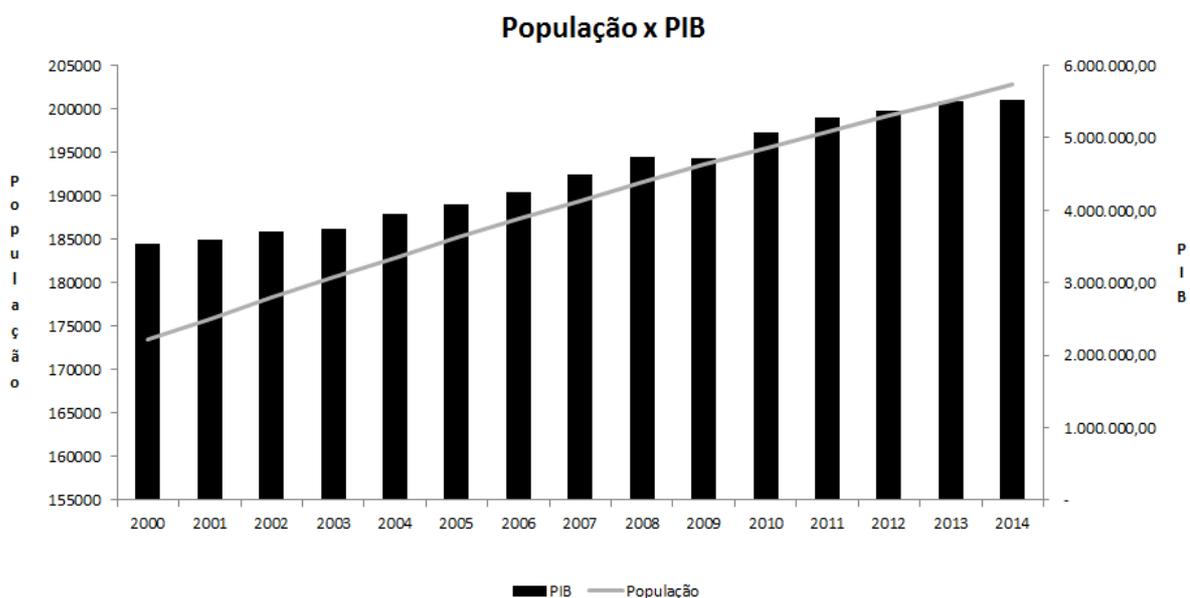
Tabela 1: Produto Interno Bruto

Período	Preços	Em milhões de R\$ do último ano	Variação percentual real	Preços	População Em mil	Per capita			
	correntes em R\$			correntes em milhões de US\$ ^{1/}		Preços correntes R\$	Em R\$ do último ano	Variação percentual real	Preços correntes em US\$ ^{1/}
2000	1 202 377 215 770,00	3 546 144,86	4,4	657 504	173 448	6 932,19	20 444,96	...	3 790,78
2001	1 316 318 050 810,00	3 591 393,87	1,3	559 802	175 885	7 483,96	20 418,96	-0,1	3 182,77
2002	1 491 183 210 450,00	3 701 872,79	3,1	508 919	178 276	8 364,46	20 764,83	1,7	2 854,67
2003	1 720 069 281 000,00	3 747 165,46	1,2	560 155	180 619	9 523,19	20 746,23	-0,1	3 101,31
2004	1 958 705 300 290,00	3 959 246,92	5,7	669 666	182 911	10 708,49	21 645,70	4,3	3 661,15
2005	2 171 735 600 840,00	4 083 929,95	3,1	892 506	185 151	11 729,55	22 057,32	1,9	4 820,43
2006	2 409 802 753 950,00	4 247 298,93	4	1 107 293	187 335	12 863,59	22 672,20	2,8	5 910,76
2007	2 718 031 637 470,00	4 502 390,10	6	1 395 652	189 463	14 345,99	23 763,99	4,8	7 366,36
2008	3 107 530 777 000,00	4 728 319,78	5	1 691 910	191 532	16 224,57	24 686,78	3,9	8 833,54
2009	3 328 173 595 670,00	4 717 238,66	-0,2	1 670 183	193 544	17 195,96	24 372,96	-1,3	8 629,48
2010	3 886 835 000 000,00	5 074 363,77	7,6	2 210 313	195 498	19 881,73	25 956,12	6,5	11 306,08
2011	4 374 765 000 000,00	5 273 049,15	3,9	2 613 516	197 397	22 162,26	26 712,91	2,9	13 239,90
2012	4 713 095 979 500,00	5 366 041,81	1,8	2 411 531	199 242	23 655,08	26 932,22	0,8	12 103,50
2013	5 157 568 999 999,99	5 513 184,28	2,7	2 387 874	201 033	25 655,37	27 424,31	1,8	11 878,04
2014	5 521 256 074 049,36	5 521 256,07	0,1	2 345 379	202 769	27 229,35	27 229,35	-0,7	11 566,78

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015)

Adaptação: a Autora

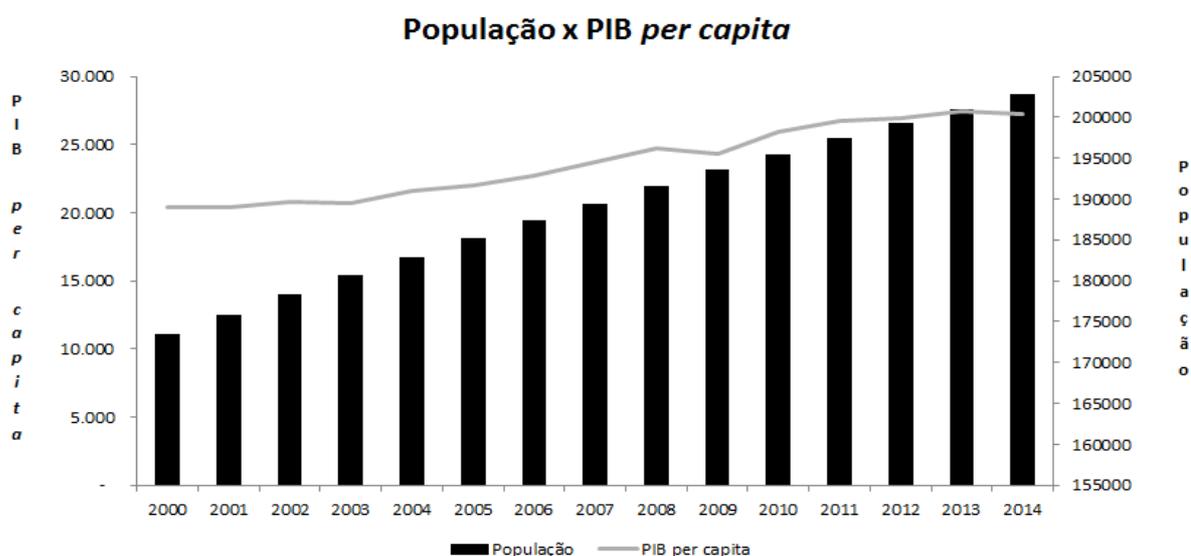
Representando graficamente, analisando o crescimento da população brasileira em relação ao PIB, pode-se observar que até o ano de 2011 o crescimento do PIB era mais elevado em relação a população, e que a partir de 2013 a situação se reverteu com a queda do PIB e o aumento do crescimento da população.

Figura 1: Gráfico População x PIB

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE (2015)

Elaboração: a Autora

Comparando a evolução do crescimento da população e o PIB *per capita*, onde o PIB total é dividido pela quantidade total de habitantes temos que até 2012 o PIB *per capita* era superior que o crescimento, porém nos anos posteriores houve queda.

Figura 2: Gráfico População x PIB *per capita*

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE (2015)

Elaboração: a Autora

É evidente que não existe consenso de qual o indicador seria o mais eficaz para medir o desenvolvimento econômico. De acordo com Campos (2014):

O desenvolvimento socioeconômico de um país, região ou estado é, muitas vezes avaliado pela performance de sua economia. O agregado macroeconômico mais frequentemente citado, nesse sentido, é o Produto Interno Bruto, ou PIB. Além de medir o tamanho da economia, o PIB per capita [...] pode ser usado para avaliar a renda média da população. Uma medida mais dinâmica do desenvolvimento econômico pode vir do crescimento do PIB ou do crescimento do PIB per capita, indicadores que avaliam a evolução da produção da economia e renda de seus habitantes. (CAMPOS, 2014, p.09)

No entanto Campos (2014) não descarta a questão de que outros fatores que são essenciais para o desenvolvimento.

Além da complexidade das correlações entre diferentes fatores de desenvolvimento equidade (crescimento, desigualdade, pobreza), alguns dos seus determinantes mais importantes nos níveis básicos (como educação, segurança pública e saneamento básico) são bens públicos, de modo que a carência destes itens não é solucionada simplesmente pelo aumento da renda das famílias. Em vista disto, alguns governos e instituições internacionais têm procurado observar o desenvolvimento socioeconômico no seu sentido mais amplo, de formas mais diretas – e não somente a partir de alguns correlatos próximos. Isto pode ser feito a partir de análises qualitativas aprofundadas, ou pode receber um tratamento mais quantitativo, como através da elaboração de indicadores de desenvolvimento. (CAMPOS, 2014, p.10)

Sendo assim, em contraposição ao indicador PIB, foi criado o Índice de Desenvolvimento (IDH). De acordo com o site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), IDH teve sua primeira publicação em 1990, sendo calculado anualmente, tornando-se referencia mundial. Atualmente o IDH se sustenta em três pilares: saúde, educação e renda.

O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate. (Site PNUD, 2015)

Afirmando as preposições acima de acordo com Kayano e Caldas (2002):

Antes da criação do IDH, principal critério para a avaliação de desenvolvimento era o Produto Interno Bruto (PIB) ou PIB per capita. Em termos normativos, o que era valorizado era a criação de riqueza independente de seus fins. O IDH, por outro lado, não avalia o desenvolvimento por meio da obtenção de riquezas como finalidade, mas como meio que propicia a expansão das capacidades humanas. (KAYANO e CALDAS, 2002, p.05)

No Brasil o IDH é utilizado pelo governo e por regiões administrativas pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). O índice é composto pelo IDH-M Longevidade que considera a esperança de vida ao nascer, o IDH-M Educação que considera a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem, e o IDH-M Renda que considera a renda municipal *per capita*. Esse índice nos traz uma visão mais específica do desenvolvimento humano, pois, analisa cada município, tendo em vista que cada um possui particularidades. Ainda de acordo com o site da PNUD:

O IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global, e foi publicado em 1998 (a partir dos dados do Censo de 1970, 1980, 1991) e em 2003 (a partir dos dados do Censo de 2000). O indicador pode ser consultado nas respectivas edições do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que compreende um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do país e Distrito Federal. (PNUD, 2015)

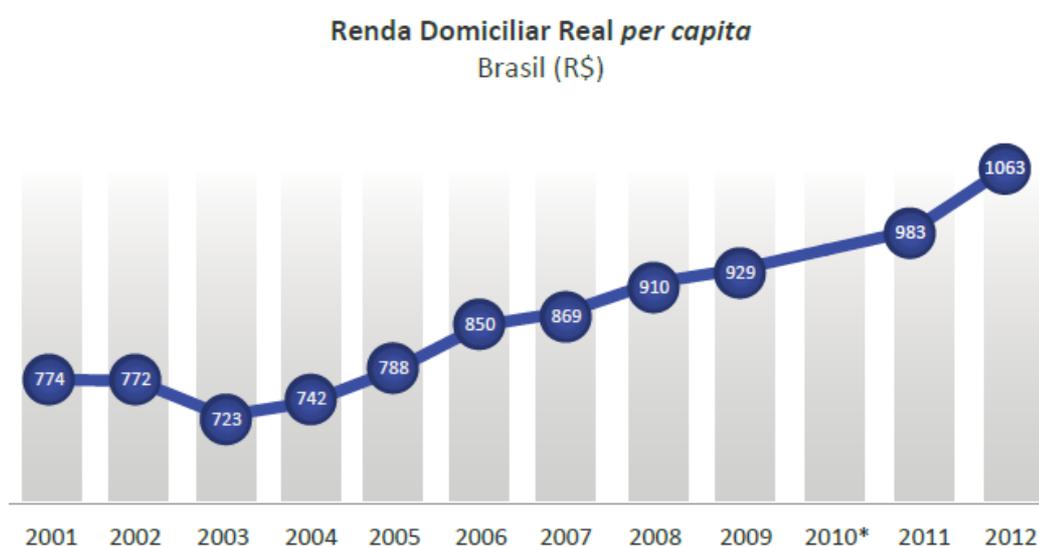
Para o Brasil foi desenvolvido pela FGV o Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico (IDES), que visa avaliar estatisticamente o desenvolvimento socioeconômico dos diferentes estados brasileiros, avaliar o progresso dos estados brasileiros, e servir de instrumento para orientar os formuladores de políticas. São utilizadas as seguintes variáveis: moradia e saneamento básico, consumo de bens duráveis, educação, trabalho e emprego, saúde, renda e desigualdade.

O Governo Federal elaborou o relatório “Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro” sendo coordenada pela Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão. O relatório foi realizado com base no ano de 2001 até 2012 mostrando a evolução de indicadores de desenvolvimento combinado com a inclusão social.

No caso da renda tem-se que a renda domiciliar *per capita* tem crescido, desde 2004, passando de R\$ 723 em 2003 para R\$ 1063 em 2012. Esse crescimento tem ocorrido de forma mais intensa nas regiões mais pobres, contribuindo para redução de desigualdades.

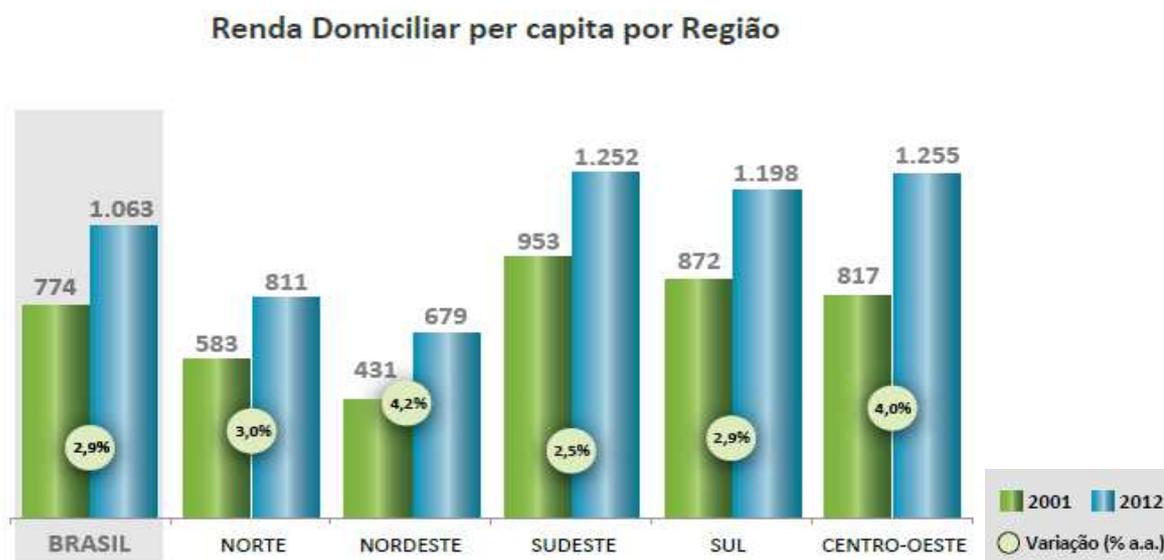
Figura 3: Gráfico Renda Domiciliar Real *per capita*



Fonte: PNAD/IBGE (2013)

Adaptação: Relatório de Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro

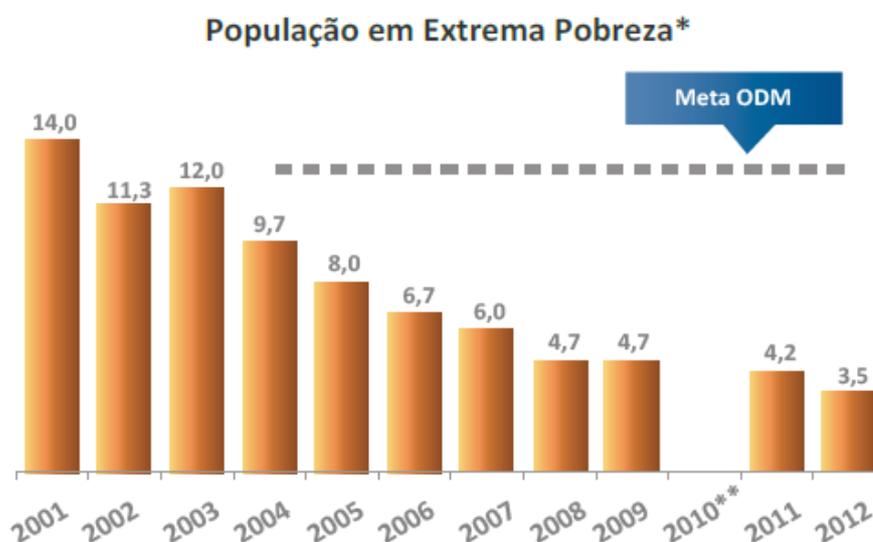
No caso da renda domiciliar *per capita* – que incorpora todas as fontes de renda, incluindo transferências – ocorreu de maneira mais intensa nas regiões de menor renda. No Nordeste registrou-se o maior aumento, sendo de 4,2% ao ano.

Figura 4: Gráfico Renda Domiciliar per capita por Região

Fonte: PNAD/IBGE (2013)

Adaptado: Relatório de Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro

A extrema pobreza reduziu-se de forma muito significativa no período devido ao aumento da renda domiciliar. Em 2001, 14,0% da população brasileira encontrava-se em extrema pobreza empregada. Em 2012, a extrema pobreza havia sido reduzida para 3,5% da população, estando dentro da meta internacional estabelecida e acompanhada pela ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio).

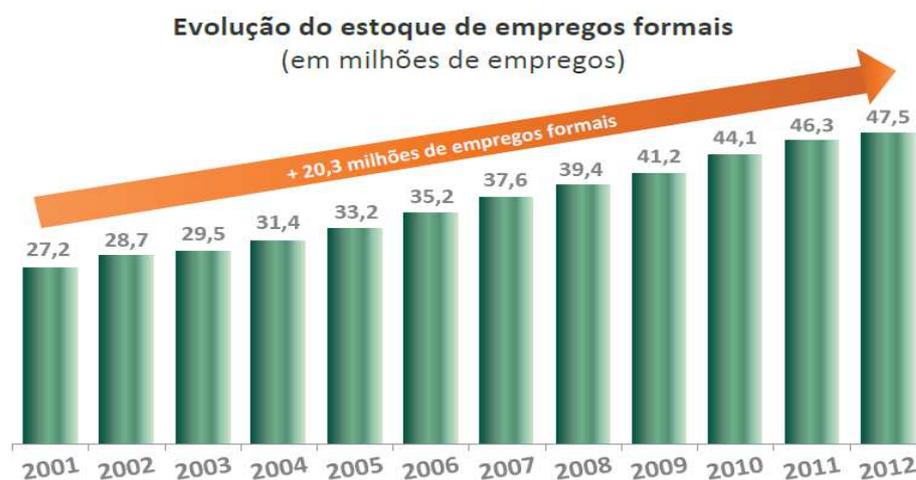
Figura 5: Gráfico População em Extrema Pobreza

Fonte: DISOC/IPEA (2013)

Adaptação: Relatório de Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro

O crescimento econômico trouxe cada vez mais oportunidades de inserção profissional aos trabalhadores brasileiros. De 2001 a 2012, foram gerados 20,3 milhões de empregos formais.

Figura 6: Gráfico Evolução do Estoque de Empregos Formais



Fonte: RAIS/MTE (2013)

Adaptação: Relatório de Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro

O resultado dessa forte expansão do emprego foi uma significativa redução na taxa de desocupação, que passou de 9,4% em 2001 para 6,3% em 2012. Cabe lembrar que a elevação do rendimento real, combinada com um maior número de pessoas ocupadas, leva ao aumento da massa salarial e, conseqüentemente, do consumo das famílias.

Figura 7: Gráfico Taxa de Desocupação



Fonte: PNAD/IBGE (2013)

Adaptação: Relatório de Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro)

A esperança de vida ao nascer passou de 70,3 anos em 2001 para 74,5 anos em 2012, sendo um aumento de mais de quatro anos. Esse aumento reflete a melhora nas condições de vida que ocorreu em todas as regiões.

Figura 8: Gráfico Esperança de vida ao nascer

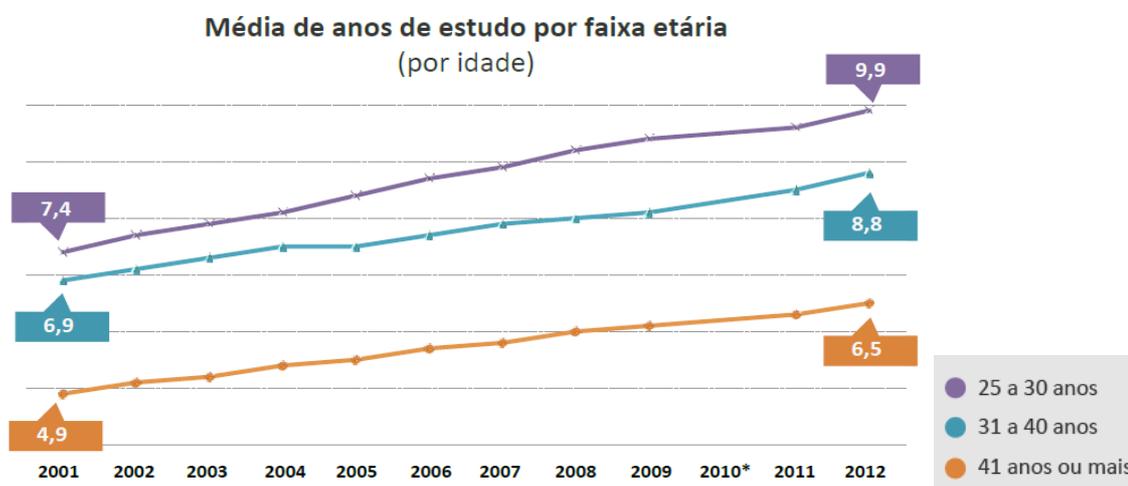


Fonte: PNAD/IBGE (2013)

Adaptação: Relatório Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro

Em relação à educação, o número médio de anos de estudo da população com 25 anos ou mais de idade cresceu em todas as faixas etárias. Observa-se o aumento no número de anos de estudo na faixa etária de 25 aos 30 anos foi o maior entre 2001 e 2012, passando de 7,4 para 9,9.

Figura 9: Gráfico Média de anos de estudo por faixa etária



Fonte: PNAD/IBGE (2013)

Adaptação: Relatório de Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Furtado (1964) faz uma análise sobre o território brasileiro e a população. Na época, segundo o autor (1964) o Brasil contava com uma população com cerca de 80 milhões de habitantes.

Como expressão geográfica, o Brasil, com seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados, coloca-se entre os cinco maiores países do mundo. Na região tropical, nenhum outro tem as dimensões geográficas comparáveis às suas. Do ponto de vista da população, coloca-se o Brasil entre as oito nações de maior expressão demográfica. Sua população, que em 1964 se aproxima dos 80 milhões de habitantes, cresce com uma taxa anual de cerca de 3,2 por cento, a mais alta entre as nações de grande população. No mundo ocidental, presentemente, somente os Estados Unidos têm população maior que a do Brasil. Ao encerrar-se o decênio dos setenta, apenas a China, a Índia, a URSS e o Japão, no mundo oriental, terão maior população que o Brasil. A população urbana alcança, presentemente, os 35 milhões e cresce com uma taxa que é o duplo da do conjunto da população do país. (FURTADO, 1964 p 91)

Buscando números atuais, de acordo com o site Portal Brasil em 2014 a população brasileira ultrapassou 202 milhões de habitantes, representando um crescimento de 0,86% em relação do ano de 2013.

O quadro no. 5 a seguir mostra a lista das cidades mais populosas do Brasil no ano de 2014. O município de São Paulo lidera o ranking com 11,9 milhões seguido do município do Rio de Janeiro com 6,5 milhões.

Quadro 5: Cidades mais populosas

ORDEM	UF	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2014
1º	SP	São Paulo	11.895.893
2º	RJ	Rio de Janeiro	6.453.682
3º	BA	Salvador	2.902.927
4º	DF	Brasília	2.852.372
5º	CE	Fortaleza	2.571.896
6º	MG	Belo Horizonte	2.491.109
7º	AM	Manaus	2.020.301
8º	PR	Curitiba	1.864.416
9º	PE	Recife	1.608.488
10º	RS	Porto Alegre	1.472.482
11º	PA	Belém	1.432.844
12º	GO	Goiânia	1.412.364

13º	SP	Guarulhos	1.312.197
14º	SP	Campinas	1.154.617
15º	MA	São Luís	1.064.197
16º	RJ	São Gonçalo	1.031.903
17º	AL	Maceió	1.005.319
18º	RJ	Duque de Caxias	878.402
19º	RN	Natal	862.044
20º	MS	Campo Grande	843.120
21º	PI	Teresina	840.600
22º	SP	São Bernardo do Campo	811.489
23º	RJ	Nova Iguaçu	806.177
24º	PB	João Pessoa	780.738
25º	SP	Santo André	707.613
Total 25 maiores cidades			51.077.190
Total Brasil			202.768.562
Total Brasil (%) 25 maiores cidades			25,20%

Fonte: Portal Brasil, com informações da Imprensa Nacional e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Adaptação: a Autora

3.1. GRAU DE ENDIVIDAMENTO

Na atual conjuntura econômica do Brasil do ano de 2015, vive-se um período de instabilidade econômica em decorrência da crise que o país vem enfrentando, no qual tem-se inflação alta combinada com alta taxa de juros. Pode-se verificar as consequências no cotidiano, como aumento do desemprego e a redução do poder de compra por exemplo. Com isso é necessário que os indivíduos e as famílias tenham o máximo de cautela em relação ao consumo, pois, caso contrário, poderão vir a se endividar. O endividamento ocorre quando os valores das despesas ultrapassam o valor das receitas, ou seja, quando os gastos dos indivíduos são superiores ao salário recebido por ele.

A fim de medir o endividamento a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realiza mensalmente a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). A PEIC é apurada mensalmente pela CNC a partir de janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal com cerca de 18 mil consumidores.

A pesquisa tem como objetivo traçar um perfil do endividamento, permitindo acompanhar o nível de comprometimento do consumidor com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento. Há muitos indicadores nacionais de crédito e inadimplência, que, entretanto, dizem pouco sobre o endividamento do consumidor e nada em relação a sua percepção da capacidade de pagamento.

De acordo com o site da CNC o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, tem feito com estes indicadores sejam fundamentais para se analisar a capacidade de endividamento e de consumo futuro das famílias, levando-se em conta o comprometimento de sua renda com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento. Assim, a pesquisa representa também um importante indicador antecedente do consumo e do crédito.

Quadro 6: Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)

Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)			
Categoria	Julho de 2014	Junho de 2015	Julho de 2015
Muito endividado	11,9%	12,5%	12,9%
Mais ou menos endividado	24,5%	23,2%	23,3%
Pouco endividado	26,6%	26,2%	25,7%
Não tem dívidas desse tipo	36,5%	37,8%	37,9%
Não sabe	0,4%	0,2%	0,2%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%

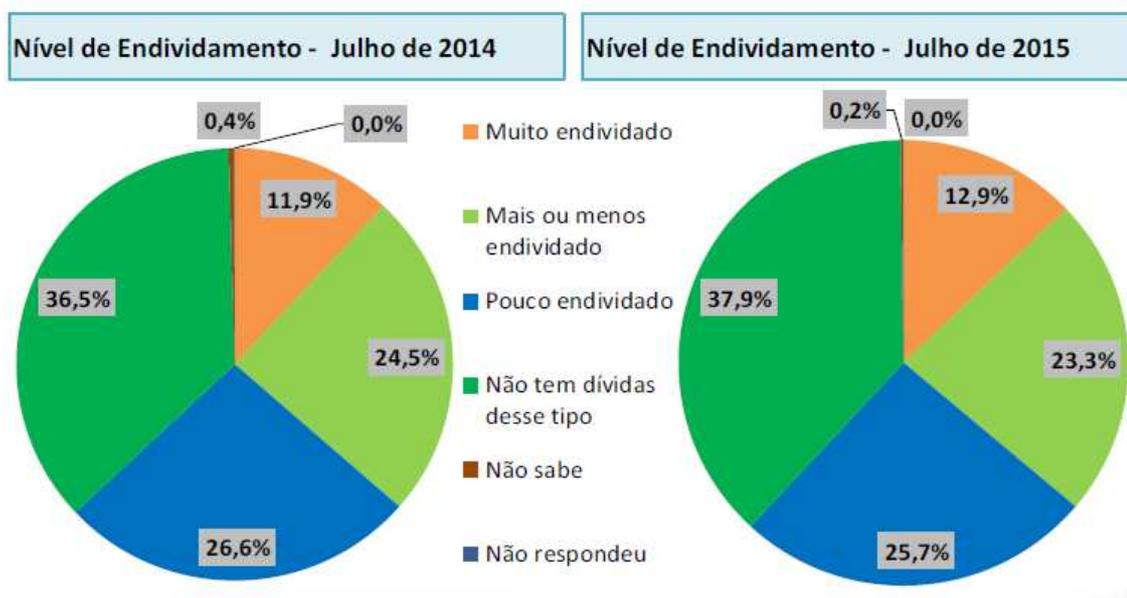
Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2015)

O percentual das famílias que se declararam muito endividadas aumentou entre os meses de junho de 2015 e julho de 2015 de 12,5% para 12,9% do total. Ainda comparando a categoria muito endividado de julho de 2014 e julho de 2015 o percentual aumentou de 11,9% para 12,9%. Na comparação entre julho de 2014 e julho de 2015 a parcela que declarou estar mais ou menos endividada

passou de 24,5% para 23,3%, e a parcela pouco endividada passou de 26,6% para 25,7% do total de famílias. Por outro lado, o número de pessoas que se declaram não ter dívidas também aumentou.

Cumprе ressaltar aqui que isso é sobre a percepção das próprias famílias, pode ainda haver pessoas que responderam como pouco endividado, mas que numa avaliação criteriosa estariam como na verdade muito endividado.

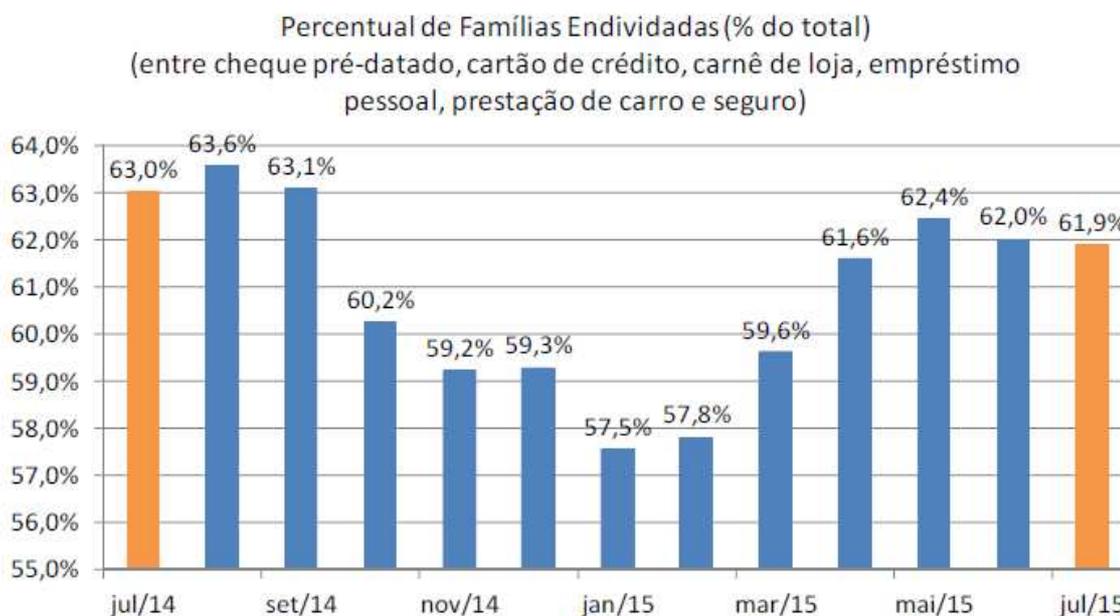
Figura 10: Gráfico Nível de Endividamento



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2015)

Já no gráfico 10 tem-se o percentual de famílias endividadas em relação ao total de acordo com os principais tipos de dívidas como cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro. Comparando o período de julho de 2014 e julho de 2015 houve uma queda passando de 63% para 61,9%.

Figura 11: Gráfico Percentual de Famílias Endividadas (% do total) (entre cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro)



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo CNC (2015)

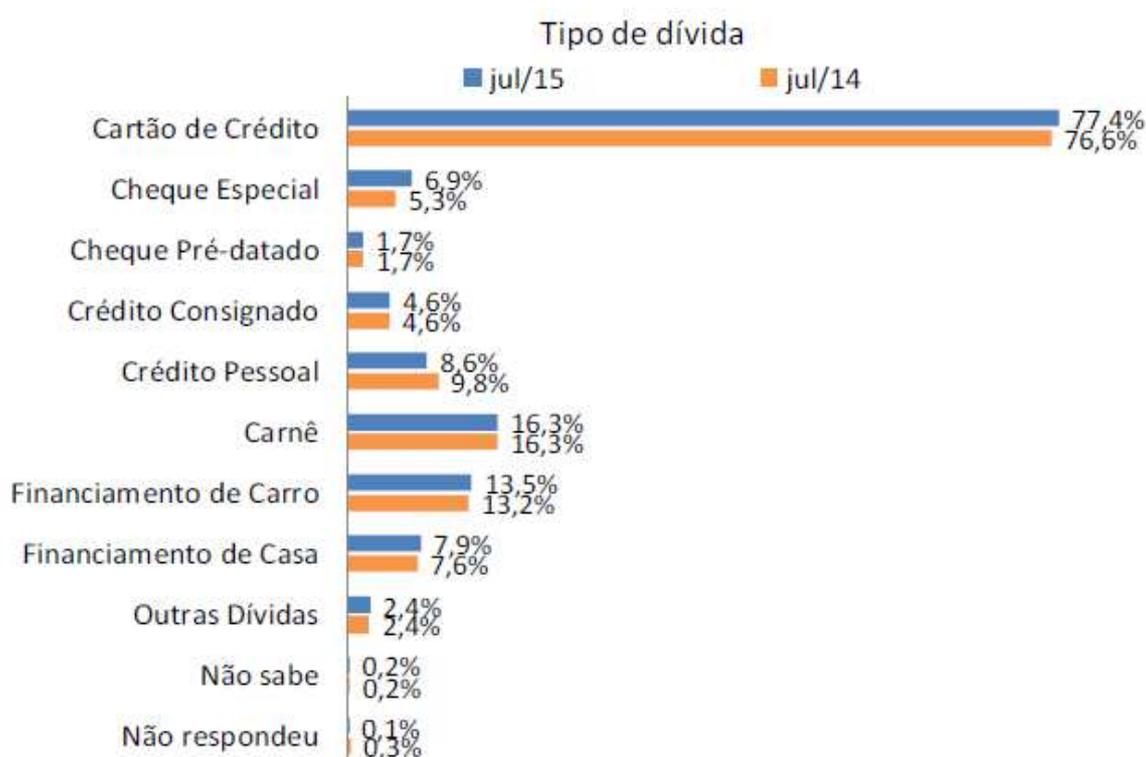
O percentual de famílias endividadas diminuiu, em julho de 2015. De acordo com a CNC o crescimento mais moderado do crédito em relação ao ano anterior está relacionado a essa redução. Entretanto, mais uma vez houve alta do percentual de famílias que relataram endividamento elevado na comparação anual. As condições menos favoráveis de contratação de novos empréstimos e de renegociação de dívida, somadas ao recuo dos rendimentos dos trabalhadores, têm levado a uma piora na percepção das famílias em relação ao seu endividamento.

Apesar da queda do número de famílias endividadas observa-se que de fevereiro de 2015 à julho de 2015 houve uma alta considerável no percentual daquelas com contas ou dívidas em atraso. Na atual conjuntura econômica, apesar da moderação no crescimento do crédito, a alta das taxas de juros, a persistência inflacionária e a queda na renda real do trabalhador, que como consequência diminui o poder de compra das pessoas e provocaram impactos negativos nos indicadores de inadimplência.

Sobre os tipos de dívidas comparando julho de 2014 com julho de 2015 verifica-se que mantiveram-se inalteradas as dívidas de cheque pré-datado, crédito consignado, carnê e outras dívidas. Sendo que houve queda nas dívidas com crédito pessoal e as demais foram ampliadas: cartão de crédito, cheque especial, financiamentos de carro e casa.

Vale ressaltar que os tipos de crédito que mais cresceram são das dívidas que geralmente representam maiores taxas de juros que são cartão de crédito e cheque especial. Isso vem a demonstrar a falta de planejamento financeiro da população brasileira que deveria tentar substituir esse tipo de dívida por dívidas mais baratas como o crédito consignado, por exemplo

Figura 12: Gráfico Tipo de Dívida

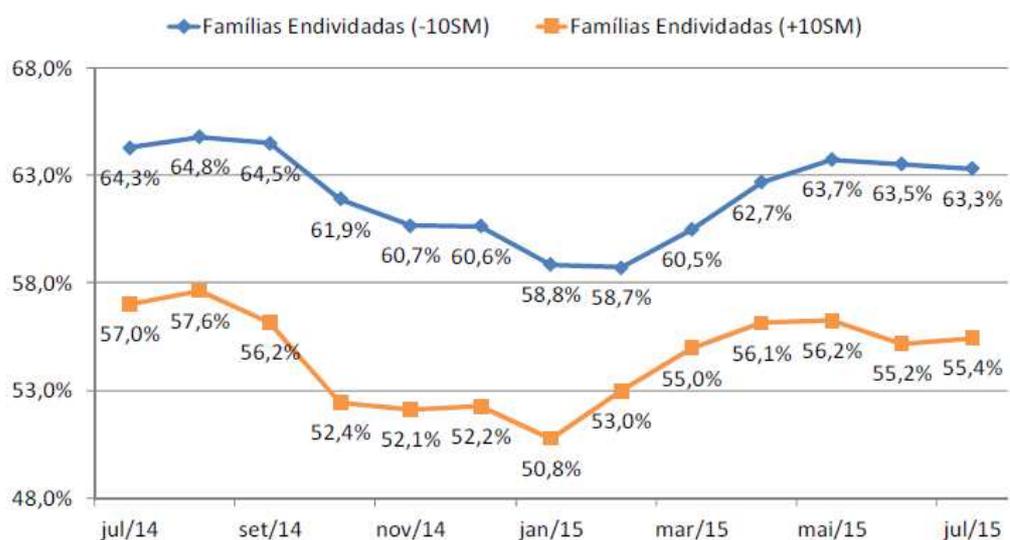


Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2015)

No gráfico 12 pode-se visualizar o endividamento sob a ótica da renda. Foram divididas as famílias endividadas que possuem menos de dez salários mínimos das que possuem mais de dez salários mínimos. Comparando o período de julho de 2014 e julho de 2015 houve queda no endividamento nas duas faixas de

renda. No gráfico é nítido que o endividamento é mais alto para aqueles que possuem renda menor.

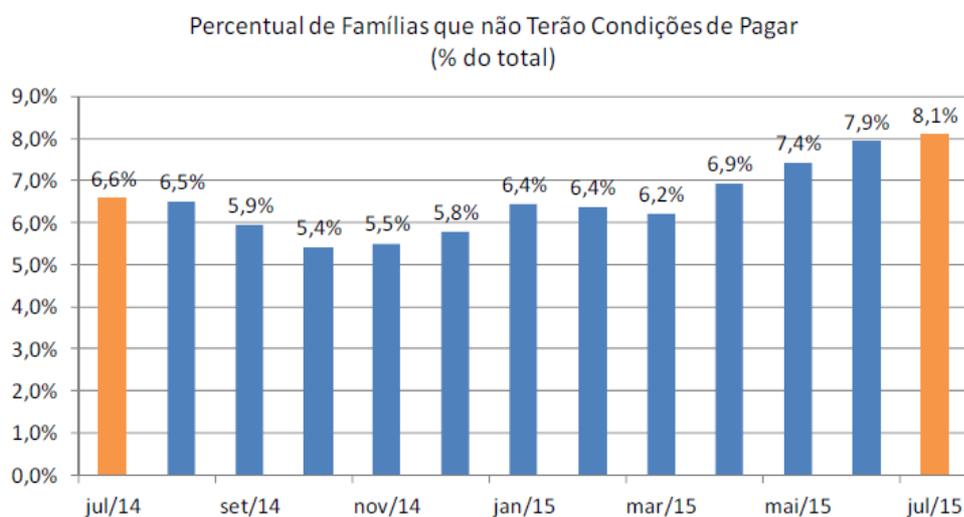
Figura 13: Gráfico Endividamento por Faixa de Renda



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2015)

Aumentou o percentual de famílias que não terão condição de pagar suas dívidas. Comparando julho de 2014 com julho de 2015 o percentual passou de 6,6% para 8,1%. Observa-se que a partir de março de 2015 a tendência foi de alta progressiva.

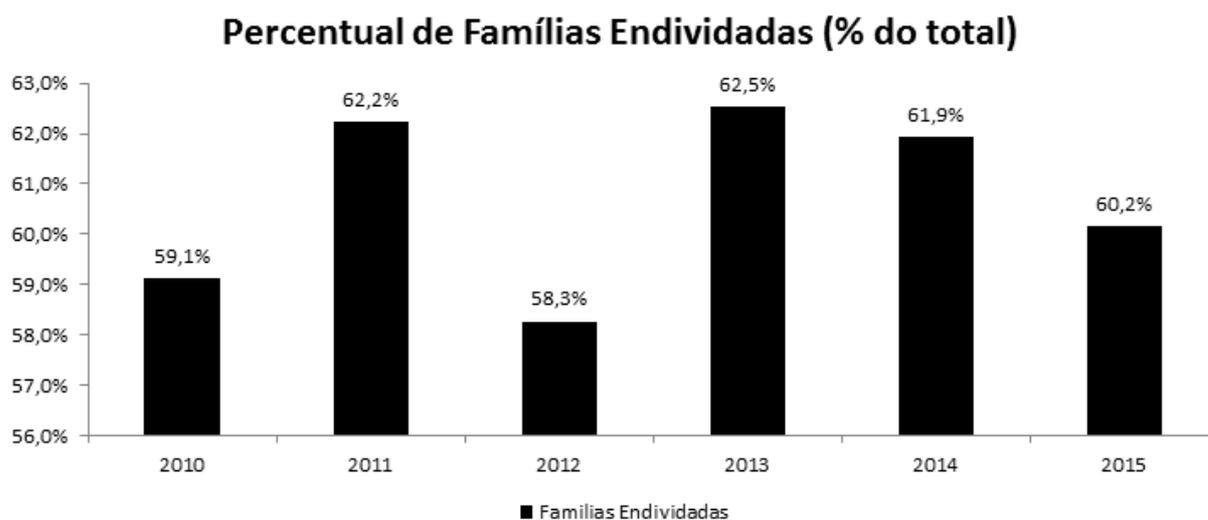
Figura 14: Gráfico Percentual de Famílias que não terão Condições de Pagar (% do total)



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2015)

Analisando o percentual de famílias endividadadas utilizando uma série história de quatro anos com média anual, desde quando se iniciou a pesquisa, verifica-se que de 2010 para 2011 houve um aumento considerável no índice de 59,1% para 62,2%. Neste mesmo período ocorreu a transição do governo Lula para o governo Dilma. No ano seguinte, o índice caiu para 58,3%. Já no ano 2013 teve-se outro aumento considerável saltando para 62,5%. Grande parte desse aumento pode-se atribuir ao aumento da concessão de crédito e a redução de impostos como IPI que estimularam o consumo principalmente na indústria automobilística, onde se fazia financiamentos a perder de vista. A partir de 2013 houve uma queda no nível de endividamento. Porém no de 2015 foi considerado até o mês de junho, o que já representa uma média alta para o ano.

Figura 15: Gráfico Famílias Endividadadas



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2015)

Elaboração: a Autora

3.2 ORÇAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Através da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No anexo A é possível observar como se distribui as despesas das famílias brasileiras com base nas faixas de rendimento no período de 2008 a 2009. É grande a gama de despesas de uma família, e é através delas que deve ser elaborado um planejamento financeiro tendo

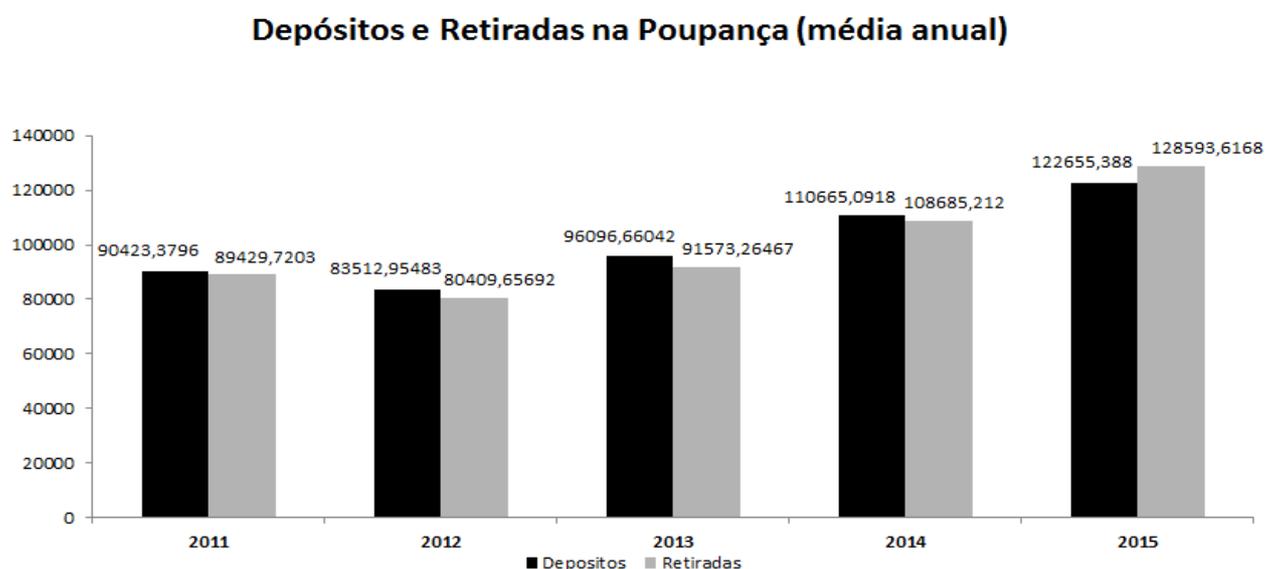
em vista o rendimento obtido, a fim de traçar o controle dos gastos, de maneira que não comprometa toda a renda e conseqüentemente não gere o endividamento.

3.3 GRAU DE POUPANÇA DA POPULAÇÃO

Por definição poupança em economia acordo com Sandroni (1999) é a parte da renda que não é utilizada para o pagamento das despesas, guardada e aplicada, a qual poderá gerar rendimento dependendo da taxa de juros praticada pelo mercado.

POUPANÇA. Em economia, parte da renda nacional ou individual que não é utilizada em despesas, sendo guardada e aplicada depois de deduzidos os impostos. Há vários fatores que estimulam a poupança, destacando-se a ocorrência de taxas de juros elevadas e de expectativas negativas quanto a rendimentos futuros. Um dos maiores desestímulos à poupança é a inflação: por isso, nos países em que a inflação é elevada, a poupança costuma ser direcionada para formas de aplicação que garantam rendimentos suficientes para cobrir a desvalorização do dinheiro. No Brasil, esse obstáculo foi contornado pela criação de um reajuste mensal calculado pelas Taxas Referenciais (TR). Além da poupança voluntária comum, há formas de poupança compulsória, recolhidas pelo governo: é o caso, no Brasil, dos recolhimentos efetuados para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Em macroeconomia, considera-se que uma economia está em “equilíbrio” se o total de investimentos realizados no país é igual ao total de poupanças. Quando, entretanto, a poupança supera os investimentos, surge uma tendência recessiva, com declínio da produção, da receita e do nível de emprego. Quando os investimentos excedem a poupança, surge uma tendência inflacionária, com aumento de preços. (SANDRONI, 1999, p. 485)

A Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP) realiza um acompanhamento do saldo da poupança. No gráfico no. 16 pode-se verificar que de 2011 os depósitos superaram as retiradas na poupança em 1,11%. Em 2012 apesar do volume de depósitos e retiradas ter sido menor, o saldo ficou positivo em 3,86%. Em 2013 o volume de depósitos e retiradas aumentou, contando também com um saldo positivo de 4,94%. Já em 2014 houve um aumento no volume de depósitos e retiradas, porém a diferença entre eles resultou num saldo menor, de apenas 1,82%. No ano de 2015 levando em consideração o período de janeiro a julho o saldo ficou negativo em 4,62%. Este fato pode ser atribuído à crise de ordem econômica que o Brasil vem enfrentando.

Figura 16: Gráfico Depósitos e Retiradas na Poupança (média anual)

Fonte: Abecip e Banco Central do Brasil

Elaboração: a Autora

O grau de poupança pode ser analisado pela ótica de outra pesquisa. A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tabela no. 3 compara as duas pesquisas do período de 2002 a 2003 e 2008 a 2009.

Tabela 3: Taxa de poupança familiar: Brasil e regiões geográficas

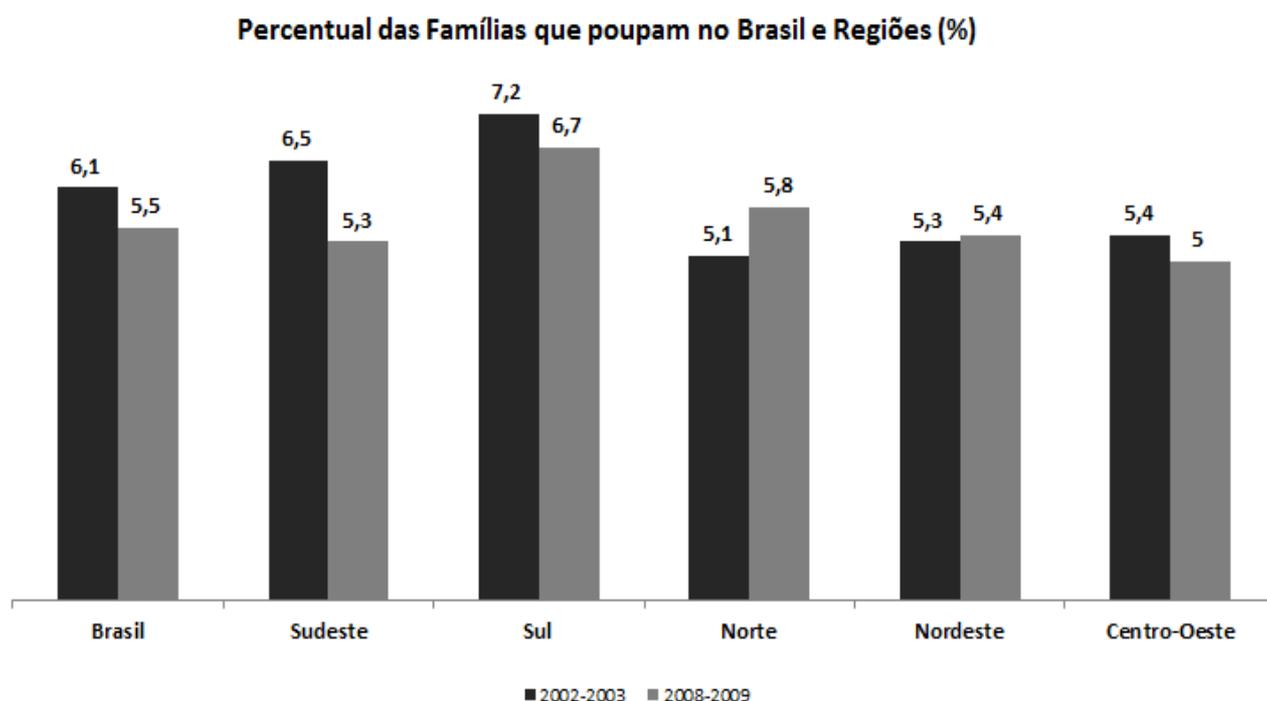
Taxa de poupança familiar: Brasil e regiões geográficas						
POF 2002-2003	Brasil	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
Taxa de poupança familiar	6,1	6,5	7,2	5,1	5,3	5,4
Aplicações financeiras	0,9	1	1,3	0,4	0,5	0,7
Imóvel (aquisição)	1	1	1,3	0,9	0,9	1,2
Imóvel (reforma)	2,5	2,5	2,7	2,7	2,7	2,1
Outros investimentos	0,1	0,1	0	0	0,1	0
Empréstimo e carnê	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8
Prestação de imóvel	0,7	1	1	0,1	0,3	0,7
POF 2008-2009 Brasil	Brasil	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
Taxa de poupança familiar	5,5	5,3	6,7	5,8	5,4	5
Aplicações financeiras	0,7	0,6	1,2	0,5	0,4	1
Imóvel (aquisição)	1	1	1,3	1,2	0,8	0,9
Imóvel (reforma)	1,9	1,7	2	2,3	2	1,5
Outros investimentos	0	0	0	0	0	0
Empréstimo e carnê	1,4	1,2	1,3	1,6	1,9	1,1
Prestação de imóvel	0,6	0,8	0,8	0,1	0,3	0,5

Fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Elaboração: a Autora

Utilizando os dados da taxa de poupança familiar foi possível elaborar o gráfico 17 que compara o percentual de famílias que poupam no Brasil e nas regiões brasileiras estabelecendo um comparativo entre a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009. Verifica-se que o percentual de poupança das famílias no Brasil caiu de 6,1% para 5,5%. Por regiões foi registrada queda no percentual da região Sudeste, Sul, e Centro-Oeste. O Norte e o Nordeste obtiveram aumento no percentual.

Figura 17: Gráfico Percentual das Famílias que poupam no Brasil e nas regiões



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)

Elaboração: a Autora

4 PESQUISA

Para a realização da pesquisa foi elaborada uma análise de correlação simples entre os dados coletados acerca dos saldos de poupança dos brasileiros entre os anos de 2004 a 2015, considerando a poupança em saldo; retiradas e depósitos. Esse indicador foi correlacionado a indicadores de desempenho conforme melhor explicitado a seguir.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os indicadores utilizados na análise de correlação ou regressão simples foram:

1) A poupança, considerada aqui como variável independente, onde se estabeleceu um comparativo entre saldo, depósitos e retiradas a fim de verificar sua influência sobre os demais indicadores;

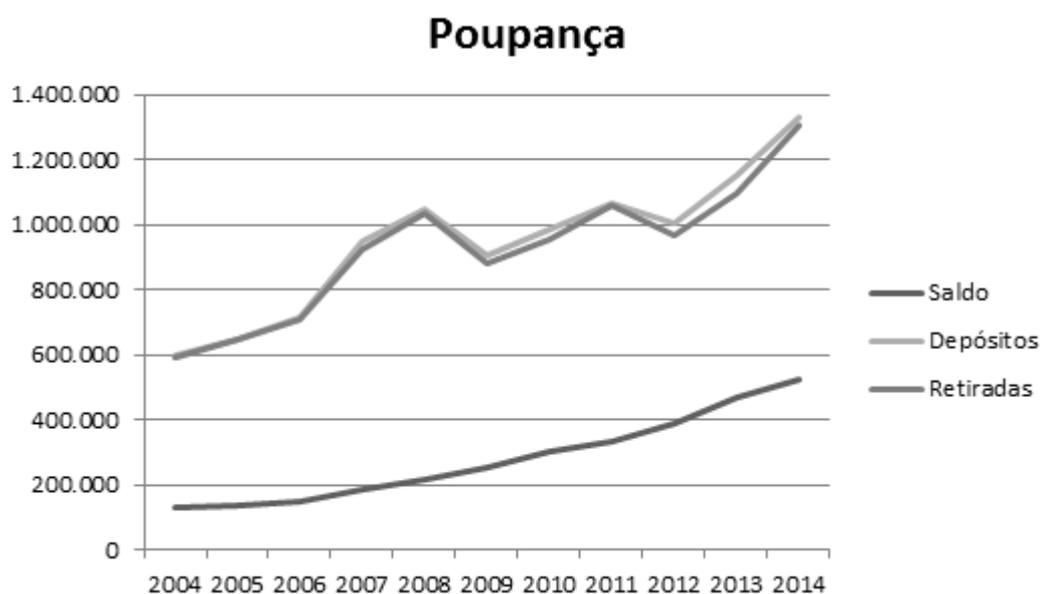
Tabela 3: Poupança

Ano	Saldo	Depósitos	Retiradas
2004	126.853	595.504	592.446
2005	135.412	645.344	647.213
2006	150.413	713.446	708.483
2007	187.827	948.517	922.023
2008	215.400	1.047.564	1.033.663
2009	253.605	906.593	882.780
2010	299.878	984.454	954.941
2011	330.569	1.067.723	1.058.340
2012	388.642	1.002.155	964.916
2013	466.789	1.153.160	1.098.879
2014	522.344	1.327.981	1.304.223

Fonte: Abecip e Banco Central

Elaboração: a Autora

A seguir tem-se representação gráfica da poupança saldo, depósitos e retiradas.

Figura 18: Gráfico Poupança

Elaboração: a Autora, com base nos dados da tabela 3.

2) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Vale ressaltar que ao longo do tempo o a metodologia de cálculo do índice sofreu alterações. Considerada variável dependente.

Tabela 4: IDH do Brasil

Ano	IDH	Ranking
2003	0,773	65
2004	0,775	72
2005	0,802	63
2006	0,808	70
2007	0,813	75
2008	0,731	75
2009	0,813	75
2010	0,699	73
2011	0,718	84
2012	0,742	80
2013	0,744	79

Fonte: PNUD e outras fontes

Elaboração: a Autora

A seguir tem-se representação gráfica da evolução do IDH no Brasil.

Figura 19: Gráfico Evolução do IDH no Brasil



Elaboração: a Autora, com base nos dados da tabela 4.

3) Endividamento das famílias trata-se do quanto da renda está comprometida com o pagamento de dívidas. Considerada como variável dependente.

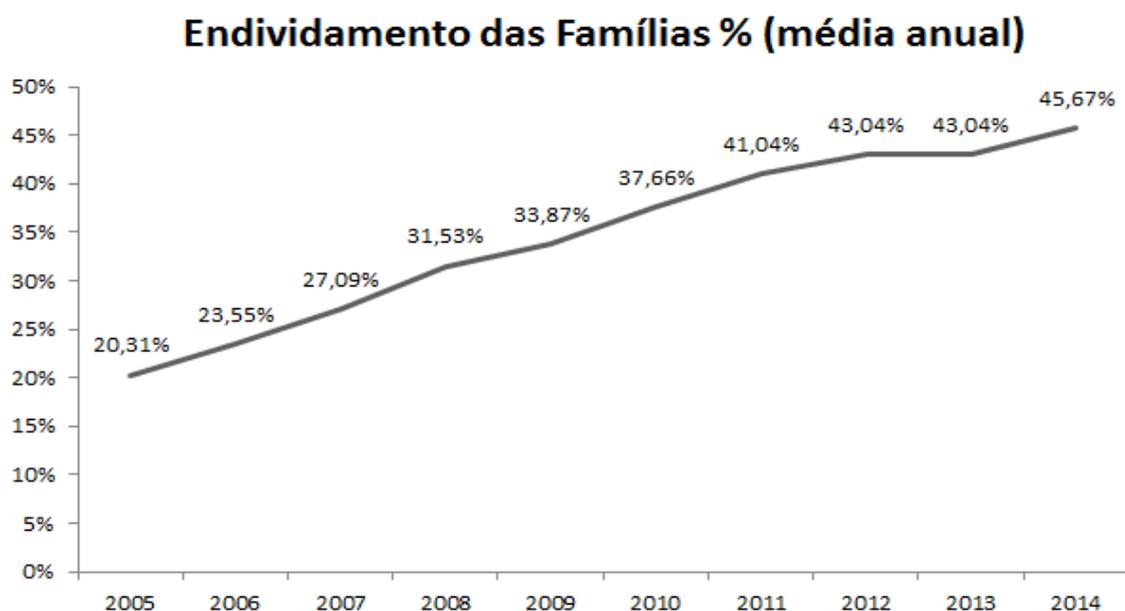
Tabela 5: Endividamento das famílias (%)

Ano	Endividamento das Famílias (%)
2005	20,31
2006	23,55
2007	27,09
2008	31,53
2009	33,87
2010	37,66
2011	41,04
2012	43,04
2013	43,04
2014	45,67

Fonte: Banco Central do Brasil –Depec

Elaboração: a Autora

A seguir tem-se representação gráfica do endividamento das famílias brasileiras em média anual.

Figura 20: Gráfico Endividamento das Famílias % (média anual)

Elaboração: a Autora, com base nos dados da tabela 5.

4) O PIB (Produto Interno Bruto) é o somatório dos valores dos bens e serviços produzidos dentro do território econômico de um país. Neste caso trata-se do PIB do Brasil. Considerada como variável dependente.

Tabela 6: PIB em Preços Correntes (U\$\$)

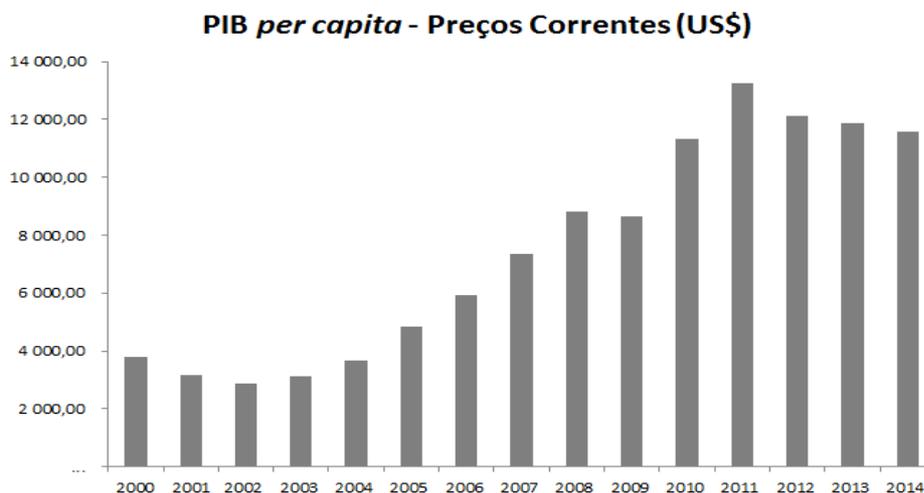
Período	Preços Correntes em US\$
2000	3 790,78
2001	3 182,77
2002	2 854,67
2003	3 101,31
2004	3 661,15
2005	4 820,43
2006	5 910,76
2007	7 366,36
2008	8 833,54
2009	8 629,48
2010	11 306,08
2011	13 239,90
2012	12 103,50
2013	11 878,04
2014	11 566,78

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Elaboração: a Autora

A seguir tem-se representação gráfica do PIB per capita em preços correntes em dólares.

Figura 21: PIB per capita em Preços Correntes (US\$)



Elaboração: a Autora, com base nos dados da tabela 6.

Foi feita uma análise de correlação entre os dados da poupança separadamente, sendo a variável independente, e será calculada primeiro pelo saldo, depois pelos depósitos e por fim pelas retiradas.

Como breve recordação, a análise de correlação vai demonstrar se existe relação entre a variável dependente e as variáveis independentes analisadas. Os valores variam de -1 até +1. Quanto mais próximo de um, maior a relação entre as variáveis, e quanto mais próxima de zero menos a relação. Quando é negativo a relação é inversa (aumenta uma variável e diminui a outra), quando positivo a relação é direta (aumenta um aumenta o outro).

A correlação foi feita pelo Excel, com a seguinte fórmula:

$$r = \frac{n \sum xy - \sum x \sum y}{\sqrt{[n \sum x^2 - (\sum x)^2][n \sum y^2 - (\sum y)^2]}}$$

Será analisada a relação entre as variáveis independentes uma a uma e as variáveis dependentes: (1) endividamento das famílias, cujo dados estão em percentual e representam uma média anual ; (2) IDH; (3) PIB, que neste caso está

sendo utilizado o valor *per capita* a preço corrente em dólares. O motivo pelo qual o valor é utilizado em dólares é para excluir da variável o efeito da perda da capacidade da moeda ao longo do período analisado.

Não serão feitos testes econométricos e o estudo destina-se apenas a possibilitar uma análise no período histórico determinado do ano de 2003 até o ano de 2014.

4.2 ANÁLISES DE CORRELAÇÃO OU REGRESSÃO SIMPLES ENTRE NÍVEL DE POUPANÇA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Para uma análise de correlação ou regressão simples é necessário que sejam elaboradas hipóteses para que seja constatado que o pode ser tomado como sendo verdadeiro. Neste caso as hipóteses elaboradas a seguir, tem em vista testar correlação entre a poupança e os indicadores de desenvolvimento econômico.

- Para poupança saldo e endividamento, espera-se que quanto maior o saldo de poupança menor o endividamento e, portanto espera-se correlação negativa.
- Para poupança saldo e IDH e poupança saldo e PIB, espera-se que quanto maior o saldo de poupança, maior o IDH e o PIB, portanto correlação positiva.
- Para poupança depósitos e as variáveis dependentes, espera-se o mesmo comportamento da poupança saldo, que quanto maior forem os depósitos menor será o endividamento sendo uma correlação negativa, e do outro lado quanto maior os depósitos maiores serão IDH e o PIB, logo temos uma correlação positiva.
- Para a poupança retirada espera-se a relação inversa do que foi apresentado para a poupança saldo. Quando aumenta as retiradas aumenta o endividamento, sendo uma correlação positiva. E ainda aumentando as retiradas diminui o IDH e o PIB sendo uma correlação negativa.

4.3 INFLUÊNCIA DA POUPANÇA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Neste item serão confrontados os resultados obtidos através da análise de correlação simples com as hipóteses a fim de verificar-se a influência do indicador da poupança nos demais índices de desenvolvimento econômico.

Tabela 7: Correlação Poupança Saldo e demais Indicadores de desenvolvimento econômico

Ano	Poupança Saldo	Endividamento das Famílias %	IDH	PIB preço corrente US\$
2003		ND	0,773	3101,31
2004	126.853	ND	0,775	3661,15
2005	135.412	20,31	0,802	4820,43
2006	150.413	23,55	0,808	5910,76
2007	187.827	27,09	0,813	7366,36
2008	215.400	31,53	0,731	8833,54
2009	253.605	33,87	0,813	8629,48
2010	299.878	37,66	0,699	11306,08
2011	330.569	41,04	0,718	13239,9
2012	388.642	43,04	0,742	12103,5
2013	466.789	43,04	0,744	11878,04
2014	522.344	45,67	ND	11566,78
	y1	x1	x2	x3

Elaboração: a Autora, com base nos dados das tabelas 3,4,5 e 6.

Os resultados do coeficiente de correlação obtidos na tabela no. 8 foram:

Y1 com X1= 0,943811345

Y1 com X2= -0,590832681

Y1 com X3= 0,851241845

Os resultados da correlação X1 e X2 apresentaram-se invertidos do que foi proposto. Onde para X1 esperava-se que maior o saldo de poupança menor o endividamento e, portanto espera-se correlação negativa. Para poupança saldo e IDH espera-se que quanto maior o saldo de poupança, maior o IDH, portanto correlação positiva. Já a correlação com X3 se concretizou a hipótese onde a

poupança saldo e PIB, espera-se que quanto maior o saldo de poupança, maior o maior o PIB, portanto correlação positiva.

Tabela 8: Correlação Poupança Depósitos e demais Indicadores de desenvolvimento econômico

Ano	Poupança Depósitos	Endividamento das Famílias %	IDH	PIB preço corrente US\$
2003		ND	0,773	3101,31
2004	595.504	ND	0,775	3661,15
2005	645.344	20,31	0,802	4820,43
2006	713.446	23,55	0,808	5910,76
2007	948.517	27,09	0,813	7366,36
2008	1.047.564	31,53	0,731	8833,54
2009	906.593	33,87	0,813	8629,48
2010	984.454	37,66	0,699	11306,08
2011	1.067.723	41,04	0,718	13239,9
2012	1.002.155	43,04	0,742	12103,5
2013	1.153.160	43,04	0,744	11878,04
2014	1.327.981	45,67	ND	11566,78
	y2	x1	x2	x3

Elaboração: a Autora, com base nos dados das tabelas 3,4,5 e 6.

Os resultados do coeficiente de correlação obtidos na tabela no. 9 foram:

Y2 com X1= 0,878068412

Y2 com X2= -0,597280199

Y2 com X3= 0,86140382

A correlação para X1 não atende a hipótese, de que quanto maior a poupança depósito menor será endividamento. Existe uma contradição, porque como pode quanto mais uma pessoa deposita em poupança, ou seja, quanto mais ela poupa mais ela se endivida? A explicação seria fato de que ao mesmo tempo em que as pessoas poupam mais, elas compram mais também, assim tem o endividamento aumentado, pois no caso tratamos de endividamento e não de inadimplência. O resultado de X2 é semelhante ao caso de X1, em que a hipótese não se concretiza e tem-se a correlação negativa, então o IDH não reflete melhoria

na situação financeira das pessoas. Já X3 atende a hipótese com correlação positiva, pois no cálculo do PIB leva-se em consideração a poupança.

Tabela 9: Correlação Poupança Retiradas e demais Indicadoras de desenvolvimento econômico

Ano	Poupança Retiradas	Endividamento das Famílias %	IDH	PIB preço corrente US\$
2003		ND	0,773	3101,31
2004	592.446	ND	0,775	3661,15
2005	647.213	20,31	0,802	4820,43
2006	708.483	23,55	0,808	5910,76
2007	922.023	27,09	0,813	7366,36
2008	1.033.663	31,53	0,731	8833,54
2009	882.780	33,87	0,813	8629,48
2010	954.941	37,66	0,699	11306,08
2011	1.058.340	41,04	0,718	13239,9
2012	964.916	43,04	0,742	12103,5
2013	1.098.879	43,04	0,744	11878,04
2014	1.304.223	45,67	ND	11566,78
	y3	x1	x2	x3

Elaboração: a Autora, com base nos dados das tabelas 3,4,5 e 6.

Os resultados do coeficiente de correlação obtidos na tabela no. 10 foram:

Y3 com X1= 0,862209068

Y3 com X2= -0,608477705

Y3 com X3= 0,852125174

A correlação de X1 atende a hipótese, onde a correlação é positiva, pois, aumentando as retiradas na poupança aumenta o endividamento. A correlação de X2 também confirma a hipótese, onde o aumentando as retiradas diminui o IDH, sendo uma correlação negativa. Retirar dinheiro da poupança significa que a população está gastando, não necessariamente em melhoria de condições de vida - prevista no IDH - talvez esteja gastando porque justamente o governo que deveria gastar não está investindo. O IDH mede indicadores de gastos do governo (infraestrutura) ou melhoria de qualidade de vida? Eis a questão. Já a correlação de

X3 não corresponde a hipótese onde o aumento das retiradas aumentou o PIB. Essa era a expectativa, porque quanto maior as retiradas, menor seria o PIB. Aqui, pode-se considerar o fato de que o aumento nas retiradas na poupança aumenta o consumo de bens e serviços, logo aumenta o PIB.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo mostrar a importância do planejamento financeiro pessoal no desenvolvimento econômico. Através da pesquisa bibliográfica com o auxílio de dados estatísticos secundários obtidos em pesquisas e sites especializados, pode-se concluir que de fato o planejamento financeiro exerce influência sobre o desenvolvimento econômico.

O planejamento financeiro pessoal ocorre quando o indivíduo passa a ter consciência de que é preciso controlar suas receitas e despesas para que possa gerar um excedente de sua renda, que nada mais é que a poupança, que lhe dará condições que se tenha uma vida financeira estável. Para isso, a educação financeira exerce um papel importante, de maneira que atua para ajudar a compreensão dos conceitos e produtos financeiros disponíveis no mercado, alertando sobre os riscos e oportunidades que o mesmo oferece. Dessa forma introduzindo técnicas simples no cotidiano aliados a disciplina, como a elaboração de um orçamento familiar, que pode ser feito através de planilhas que estão disponíveis das mais variadas maneiras, ou até mesmo do jeito mais simples fazendo anotação em cadernos ou agendas, é possível obter o mesmo resultado que favorece a saúde financeira pessoal e familiar evitando o endividamento. No Brasil, existem programas de educação financeira oferecidos pelo Banco Central e pela AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil), porém acabam passando despercebidos pela maioria da população devido à falta de divulgação.

Outro aspecto analisado na visão de vários autores foi o desenvolvimento econômico, que só ocorre aliado ao crescimento econômico. O desenvolvimento econômico ocorre quando existem mudanças estruturais que melhoram a qualidade de vida das pessoas, com suporte do crescimento econômico que o aumento no produto, o qual deveria ser mais bem distribuído. Foram analisados também alguns indicadores de desenvolvimento brasileiro como o PIB, renda, emprego, pobreza natalidade e educação onde se percebe uma melhora considerável destes indicadores no período analisado.

Considerando a atual conjuntura econômica de instabilidade, foram analisados dados secundários sobre o grau de endividamento, orçamento e grau de poupança da população brasileira que mostram um sinal de alerta devido a ao

aumentado que houve nos índices de endividamento. Esse aumento pode ser utilizado em uma analogia simples que mostra a influência que o planejamento financeiro tem sobre o desenvolvimento econômico. Quando não se tem um bom planejamento, o não controle das receitas e despesas pode causar o endividamento, este por sua vez afeta a economia, pois os indivíduos terão o poder de compra reduzido, que afetará nos setores que receberiam esta renda, isso reduz o PIB que é um indicador de crescimento econômico, que conseqüentemente afeta o desenvolvimento econômico deixando de atuar na melhora da condição de vida das pessoas.

Contudo, através das análises estatísticas dos dados secundários foi elaborada uma a correlação entre o grau de poupança e os indicadores de desenvolvimento econômico brasileiro como IDH, endividamento das famílias e PIB, a fim de testarmos a hipótese de que o planejamento financeiro pessoal atuando na geração de poupança influencia no desenvolvimento econômico. A correlação foi feita utilizando a variável poupança sobre o saldo, depósitos e retiradas.

Analisando os resultados verificou-se que existe uma contradição, porque como pode quanto mais uma pessoa deposita dinheiro em poupança mais ela se endivida? A explicação seria fato de que ao mesmo tempo em que as pessoas poupam mais, elas compram mais também, assim tem o endividamento aumentado, pois no caso tratamos de endividamento e não de inadimplência. Tem-se também a hipótese de que quanto maior os depósitos maior seria o IDH, que não se concretiza, mostrando que neste caso o IDH não reflete melhora na situação financeira das pessoas.

Outra questão analisada foi de que aumentando as retiradas diminui o IDH, sendo uma correlação negativa. Retirar dinheiro da poupança significa que a população está gastando, não necessariamente em melhora de condições de vida - prevista no IDH - talvez esteja gastando porque justamente o governo que deveria gastar não está investindo em infraestrutura que resulta na melhora de qualidade de vida dos indivíduos. Já para a correlação depósito retiradas e PIB não corresponde a hipótese onde o aumento das retiradas aumentou o PIB. Essa era a expectativa, porque quanto maior as retiradas, menor seria o PIB. Aqui, pode-se considerar o fato de que o aumento nas retiradas na poupança aumenta o consumo de bens e serviços, logo aumenta o PIB.

Por outro lado para poupança saldo e IDH teve-se que quanto maior o saldo de poupança, maior o IDH, confirmando a hipótese. A correlação poupança saldo e PIB, também confirmou a hipótese de que quanto maior o saldo de poupança maior o PIB. Para poupança depósitos e PIB atende a hipótese é atendida podendo atribuir o fato de que o calculo do PIB leva-se em consideração a poupança. E para a poupança retiradas, aumentando as retiradas na poupança aumenta o endividamento, sendo verdadeira a hipótese.

Vale ressaltar que a análise aqui realizada trata-se de uma análise simples. Para futuras pesquisas poderão ser expandidos os dados e os testes, podendo inclusive ser feita uma análise temporal a partir de pacotes estatísticos específicos para este fim.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA – ABECIP. Disponível em: < <http://www.abecip.org.br/>>. Acesso em: 07 de junho de 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*. Brasília: BCB,2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – *Estratégia Nacional de Educação Financeira*. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?ENEFDOC>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – *O Programa de Educação Financeira do Banco Central*. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>>. Acesso em: 30 de março de 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Crescimento e Desenvolvimento Econômico*. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *O conceito de histórico de desenvolvimento econômico*. Textos para discussão da Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, v.157, dezembro de 2006.

BRESSER- PEREIRA, L.C. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*, p. 1. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>> Acesso em 04 de junho de 2015>.

CAMPOS, C. C. et al. *Indicador de desenvolvimento econômico e social (IDES) dos Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo_5.pdf 16/08/2015>. Acesso em: 20 de maio de 2015

CERBASI, Gustavo Petrasunas. *Casais inteligentes enriquecem juntos*. São Paulo: Editora Gente, 2004.

CONCEIÇÃO, Jefferson José; PAULA, Ronaldo Tadeu Ávila de; ANAU, Roberto Vital ; Desenvolvimento econômico e indicadores. *ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia*, v. 2, n. 2, p.168 - 183, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/> Acesso em: 10 de junho de 2015.

CORECON – *Disciplina Financeira*. Disponível em < <http://www.corecon-go.org.br/artigos-leitura.php?id=157&chave=disciplina-financeira>> Acesso em 31 de janeiro de 2015.

DILLARD, Dudley. *A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária*. Dudley Dillard.6.ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

FEIJÓ, Ricardo. *Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2007.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> Acesso em: 20 de junho de 2015.

FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento* – 1ª ed. Rio Janeiro: Fundos de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

GILL, Richard. *Introdução ao desenvolvimento econômico*. Lisboa: Editora Livraria Clássica Editora, 1963.

GREMAUD, Amaury Patrick ...[et al.] - *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO - IDES – Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo_5.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em

IBGE - SIDRA – *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009*. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pof/default.asp>>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

KAYANO, J;CALDAS, E.L. *Indicadores para o diálogo*. Texto de apoio da oficina 2, São Paulo, v.08, outubro de 2002.

LUQUET, Mara. *Guia Valor econômico de finanças pessoais*. São Paulo: Globo, 2000.

OLIVEIRA, Sheila F.P. *Estruturas e Formatação de Trabalhos Acadêmicos: Compilação e discussão das normas da ABNT*. 4ªed.rev.ampl. – Franca (SP): Uni-FACEF, 2013.

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS – O Programa – Disponível em <<http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/o-programa/>> . Acesso em: 14 de março de 2015.

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES – POF. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf> Acesso em: 17 de junho de 2015.

PORTAL DO BRASIL - *Educação Financeira do Banco Central*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/08/educacao-financeira-do-banco-central>> Acesso em 14 de março de 2015.

PORTAL DO BRASIL – “*População brasileira ultrapassa 202 milhões de pessoas*”. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/08/populacao-brasileira-ultrapassa-202-milhoes-de-pessoas>> Acesso em: 13 de agosto de 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD – *IDH*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH> Acesso em: 20 de julho de 2015.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005 versão ampliada da seção 1.3 do livro *Desenvolvimento Econômico* (Souza, 2005). Disponível em <http://www.nalijosouza.web.br.com/indic_desenv.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2015.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - *Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro*, 2ª ed. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/indicadores_de_desenvolvimento.pdf> Acesso em 05 de maio de 2015.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo, Editora Best Seller, 1999.

SOARES, Fabrício Pereira, ALVIM, Marcelo Arantes. *Lar S/A: você e sua família na rota da prosperidade*. São Paulo: Saraiva, 2007.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. *Economia: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com os 260 principais conceitos econômicos* – 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

ANEXOS

ANEXO A

Tabela Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias – Brasil – período 2008-2009

Tipos de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)							
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (1)						
		Até 830 -2	Mais de 830 a	Mais de 1 245 a	Mais de 2 490 a	Mais de 4 150 a	Mais de 6 225 a	Mais de 10 375
Despesa total	2 626,31	744,98	1 124,99	1 810,69	3 133,00	4 778,06	7 196,08	14 098,40
Despesas correntes	2 419,77	722,2	1 084,34	1 721,04	2 909,57	4 299,38	6 623,38	12 274,04
Despesas de consumo	2 134,77	699,24	1 035,23	1 605,79	2 638,02	3 783,68	5 626,30	9 469,57
Alimentação	421,72	207,15	279,02	378,83	522,66	655,45	842,79	1 198,14
Habitação	765,89	277,46	410,65	602,72	946,16	1 319,03	1 809,14	3 221,08
Aluguel	334,89	130,6	198,48	282,54	419,97	551,64	718,06	1 244,77
Aluguel monetário	47,48	24,72	32,82	39,45	56,42	77,77	100,16	140,14
Aluguel não monetário	287,41	105,87	165,66	243,09	363,55	473,86	617,89	1 104,62
Condomínio	22,22	1,46	2,65	5,28	23,3	48,48	91,89	210,82
Serviços e taxas	183,9	66,19	101,96	156,2	236,98	323,8	422,24	635,82
Energia elétrica	60,27	26,21	38,57	56,1	77,09	98,44	115,63	169,18
Telefone fixo	27,18	4,91	14,03	26,32	42,9	51,24	58,11	69,02
Telefone celular	26,19	5,84	10,2	18,12	32,6	51,1	77,8	133,47
Pacote de telefone, TV e Internet	15,05	0,82	1,71	6,7	20,39	42,07	53,75	95,62
Gás doméstico	20,63	15,77	19,37	21,22	22,24	22,41	27,06	30,88
Água e esgoto	23,08	11,71	16,59	23,38	29,49	32,9	36,78	51,69
Outros	11,52	0,94	1,49	4,37	12,28	25,66	53,11	85,97
Manutenção do lar	102,51	26,43	35,98	56,18	114,25	203,21	303,95	682,52
Artigos de limpeza	15	8,2	10,59	13,94	17,41	20,65	30,37	40,51
Mobiliários e artigos do lar	46,46	18,33	24,98	36,38	56,59	75,81	107	203
Eletrodomésticos	54,63	24,1	32,85	47,59	68,61	84,6	119,7	179,8
Consertos de artigos do lar	6,28	2,15	3,15	4,61	9,06	10,83	15,95	23,84
Vestuário	118,22	40,43	58,9	96,64	155,39	202,01	289,68	454,7
Roupa de homem	28,62	9,85	13,95	23,75	37	51,11	69,05	108,16
Roupa de mulher	35,83	11,48	17,35	28,58	47,97	61,72	94,07	136,92
Roupa de criança	13,52	6,66	9,01	12,61	17,71	21,23	24,22	33,87
Calçados e apetrechos	33,44	10,75	16,12	27,25	44,6	56,28	83,96	131,82
Jóias e bijuterias	5,48	1,27	1,77	3,39	6,37	9,78	15,5	36,9
Tecidos e armarinhos	1,34	0,41	0,7	1,05	1,74	1,88	2,89	7,03
Transporte	419,19	72,07	124,41	247,73	518,84	835,58	1 428,28	2 491,54
Urbano	59,06	28,16	46,8	63,12	83,46	75,78	88,24	89,16
Gasolina - veículo próprio	69,18	10,48	18,57	45,26	99,37	152,41	214,59	340,34
Alcool - veículo próprio	12,16	1,11	1,7	4,85	16,1	32,98	52,36	68,88
Manutenção e acessórios	43,73	6,37	11,38	29,68	63,22	93,56	131,45	219,34
Aquisição de veículos	181,7	18,01	33,34	81,44	203,71	383,57	739,98	1 329,38
Viagens esporádicas	32,43	5,97	9,1	15	30,3	52,11	114,17	283,59
Outras	20,92	1,97	3,54	8,38	22,68	45,16	87,49	160,84
Higiene e cuidados pessoais	51,02	20,6	30,17	46,92	66,52	83,96	109,14	146,29
Perfume	20,62	8,7	12,58	19,56	26,83	32,22	44,99	52,96
Produtos para cabelo	4,35	1,96	2,78	4,15	5,92	7,67	7,98	9,05
Sabonete	2,72	1,32	1,87	2,63	3,68	4,18	5	5,48
Instrumentos e produtos de uso pessoal	23,33	8,63	12,94	20,58	30,09	39,88	51,16	78,81
Assistência à saúde	153,81	40,8	67,71	109,8	185,51	272,83	437,9	787,32
Remédios	74,74	31	49,27	67,87	90,53	111,05	139,6	271,32
Plano/seguro-saúde	45,86	2,37	5,37	19,59	57,95	101,21	182,83	339,75
Consulta e tratamento dentário	7,29	0,67	1,25	3,88	8,39	14,5	29,14	50,8

Consulta médica	5,94	1,62	3,25	5,16	7,91	8,08	13,53	26,38
Tratamento médico e ambulatorial	2,86	0,25	0,31	0,41	1,15	2,86	10,76	44,38
Serviços de cirurgia	4,31	0,49	1,46	1,76	4,08	9,63	34,56	8,3
Hospitalização	1,03	0,1	0,37	0,65	1,51	2,76	2,32	5,14
Exames diversos	4,53	2,26	3,3	4,61	5,66	7,07	8,25	8,03
Material de tratamento	6,08	1,7	2,35	4,95	6,59	13,91	14,3	28,57
Outras	1,19	0,35	0,77	0,91	1,73	1,78	2,61	4,66
Educação	64,81	6,83	12,95	29,01	74,66	145,64	288,4	409,31
Cursos regulares	16,83	0,96	2,28	5,88	13,81	37,2	89,99	131,62
Cursos superiores	20,48	0,65	2,26	8,12	27,82	50,1	94,2	125,38
Outros cursos e atividades	15,52	1,13	2,87	6,6	17,65	34,71	66,1	109,94
Livros didáticos e revistas técnicas	2,76	0,59	0,97	1,42	3,32	5,58	10,52	15,47
Artigos escolares	5,31	2,96	3,73	4,8	6,84	7,88	11,05	10,9
Outras	3,91	0,54	0,85	2,19	5,24	10,18	16,55	16,01
Recreação e cultura	42,76	8,38	14,67	27,81	51,53	86,7	133,22	239,57
Brinquedos e jogos	6,44	1,64	2,83	4,75	8,97	14,48	15,19	25,76
Celular e acessórios	7,77	2,69	4,46	7,54	10,61	13,2	17,19	18,79
Periódicos, livros e revistas não didáticos	6,96	0,96	1,43	3,54	7,14	13,75	28,29	49,83
Recreações e esportes	12,06	1,37	2,78	5,73	13,22	25,87	41,47	93,12
Outras	9,54	1,72	3,16	6,26	11,58	19,39	31,08	52,07
Fumo	11,62	6,91	8,9	12,32	14,48	14,44	15,17	23,69
Serviços pessoais	23,85	5,6	8,99	17,32	30,73	47,76	70,54	108,93
Cabeleireiro	15,78	4,43	6,94	12,61	21,27	30,99	41,68	58,83
Manicuro e pedicuro	4,74	0,7	1,34	3,3	6,27	10,97	14,95	22,28
Consertos de artigos pessoais	0,44	0,12	0,14	0,28	0,47	1,08	1,29	2,39
Outras	2,89	0,36	0,57	1,13	2,72	4,72	12,62	25,44
Despesas diversas	61,87	13,01	18,85	36,7	71,54	120,28	202,05	389
Jogos e apostas	5,8	1,76	3,14	5,32	7,36	11,74	14,34	15,37
Comunicação	5,24	2,92	3,99	5,43	6,6	7,59	8,81	7,8
Cerimônias e festas	14,54	3	3,84	8,54	17,81	27	50,41	89,56
Serviços profissionais	13,24	2,1	2,84	6,21	14,39	30,87	44,62	97,4
Imóveis de uso ocasional	5,94	0,37	1,01	2,23	5,02	13,45	21,64	56,67
Outras	17,12	2,88	4,03	8,97	20,36	29,64	62,23	122,21
Outras despesas correntes	285	22,96	49,11	115,25	271,54	515,71	997,08	2 804,47
Impostos	121,7	10,31	16,15	37,61	93,67	203,36	440,53	1 407,82
Contribuições trabalhistas	80,11	5,67	17,62	42,38	98,01	166,84	272,36	580,2
Serviços bancários	9,94	0,78	2,02	5,72	14,54	20,46	38,65	53,21
Pensões, mesadas e doações	30,1	4,82	9,12	19,09	36,93	62,9	98,48	171,34
Previdência privada	4,84	0,04	0,05	0,65	3,17	7,06	12,92	77,65
Outras	38,31	1,34	4,15	9,81	25,22	55,08	134,14	514,26
Aumento do ativo	152,09	16,12	25,88	57,37	152,15	367,46	402,48	1 479,90
Imóvel (aquisição)	104,62	5,78	10,04	25,26	86,49	272,82	269,9	1 237,61
Imóvel (reforma)	47,32	10,33	15,83	32,03	65,46	94,31	131,78	241,51
Outros investimentos	0,15	0,02	0,01	0,07	0,21	0,33	0,8	0,78
Diminuição do passivo	54,45	6,66	14,77	32,29	71,28	111,22	170,23	344,46
Empréstimo	37,68	5,22	11,75	22,51	46,22	75,68	119,4	239,38
Prestação de imóvel	16,77	1,44	3,02	9,78	25,05	35,54	50,84	105,07
Número de famílias	57 816 604	12 503 385	10 069 184	16 972 311	8 890 463	4 181 485	2 994 837	2 204 938
Tamanho médio da família (pessoas)	3,3	3,07	3,18	3,38	3,42	3,48	3,47	3,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.